

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL: PUCRS.  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA.

**Julio Cesar Corbellini**

**“Camponês, sustentabilidade e metaeconomia: Nexos e convergências”**

Porto Alegre  
2013

**Julio Cesar Corbellini**

**“Camponês, sustentabilidade e metaeconomia: Nexos e convergências”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Gustavo Inácio de Moraes

Porto Alegre

2013

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C789c Corbellini, Julio Cesar  
“Camponês, sustentabilidade e metaeconomia: Nexos e convergências” / Julio Cesar Corbellini. – Porto Alegre, 2013.  
63 f.: il.

Diss. (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – FACE, PUCRS.  
Orientador: Prof. Dr. Gustavo Inácio de Moraes.

1. Economia - Aspectos Ambientais. 2. Sustentabilidade.  
3. Trabalhadores Rurais. 4. Economia – Teorias.  
I. Moraes, Gustavo Inácio de. II. Título.

CDD 333.7

**Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Pinent  
CRB 10/1297**

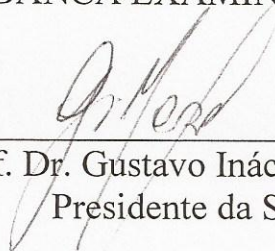
**Julio Cesar Coberllini**

“Camponês, sustentabilidade e metaeconomia: Nexos e convergências”

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós—Graduação em Economia, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

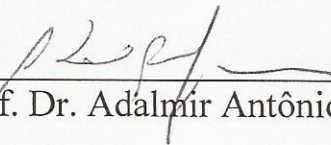
Aprovado em 30 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA:



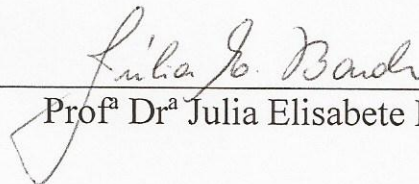
---

Prof. Dr. Gustavo Inácio de Moraes  
Presidente da Sessão



---

Prof. Dr. Adalmir Antônio Marquetti



---

Profª Drª Julia Elisabete Barden

Porto Alegre  
2013

## RESUMO

Nesse trabalho, tendo a sustentabilidade comonexo, sob um ponto de vista teórico e normativo, se estuda o comportamento econômico camponês, primeiro, nos limites da “metaeconomia”, conceito elaborado por Ernst Friedrich Schumacher, e segundo, nos limites da teoria microeconômica vigente. Considera-se consensual ser a sustentabilidade um problema cuja solução é de interesse social e global e analisa-se a propensão e potencialidade do camponês para promovê-la. Aborda-se a “metaeconomia” como um referencial normativo que promove sustentabilidade e que possibilita justificar a consistência e plausibilidade do comportamento camponês. O trabalho de Schumacher é estudado sobre quatro eixos: a sua crítica à ciência econômica neoclássica e três das suas proposições, a da prevalência da pessoa na economia, a de “ser pequeno” e a das “tecnologias apropriadas”. Considera-se que essas três evocam todas as demais proposições da “metaeconomia”. Com base na prática econômica do camponês e na sua conformidade com a “metaeconomia” procura-se representar o seu comportamento com uso do formalismo da microeconomia e dos modelos de crescimento, constituindo-se assim um “modelo microeconômico camponês” de produção e de crescimento. O modelo é apresentado na forma de matrizes nas quais estão presentes estoques e fluxos físicos e uma contabilidade que leva em conta o fato de o camponês ser ao mesmo tempo produtor, consumidor e investidor. Ao final, argumenta-se que o modelo camponês, teórico-normativo, é consistente e compatível com os requisitos da sustentabilidade do ser humano e do seu meio. O trabalho se fundamenta na análise da literatura disponível. Objetiva-se contribuir com a chamada de Schumacher para o estudo de uma economia mais humana.

**Palavras chave.** Sustentabilidade. Camponês. “Metaeconomia”. Economia Ecológica. Prevalência da pessoa. “ser pequeno”. Tecnologia apropriada.

## **ABSTRACT**

In this paper peasant economic behavior will be studied using sustainability as a nexus and from a theoretical and normative point of view, first within the framework of “metaeconomy”, concept created by Ernst Friedrich Schumacher, and secondly within the framework of the prevalent microeconomic theory. Sustainability is generally considered to be a problem whose solution is socially and globally important and this work will analyze the tendency and potential of the peasant to promote this solution. This paper will tackle “metaeconomy” as a normative reference to promote sustainability and allow the justification of the consistence and plausibility of peasant behavior. Schumacher’s work is studied along four lines: his criticism of neoclassical economic science and three of his propositions, the importance of people in the economy, “being small” and “appropriate technology”. Together, it is considered that these three concepts evoke all the rest of the concepts belonging to “metaeconomy”. With a basis in the economic practices of the peasant and in his conformity with “metaeconomy” this work attempts to represent his behavior using microeconomic formalism and growth patterns, creating a “microeconomic peasant model” of production and growth. The model is presented via matrixes in which the stocks and physical flows are present as well a model of accountancy based on the fact that the peasant is at once producer, consumer and investor. Finally, I argue that this theoretical-normative peasant model is consistent and compatible with the sustainability requirements for human beings and their environment. This work is based on analysis of available literature. Its objective is to contribute to Schumacher’s call for the study of a more human economy.

**Key-words.** Sustainability. Peasant. "Metaeconomy". Ecological Economics. Importance of people. "being small". Appropriate technology.

## RESUMEN

Durante este trabajo, con la sostenibilidad como nexo, bajo un punto de vista teórico y normativo, se estudia el comportamiento económico campesino, primero, en los límites de la "metaeconomía", concepto elaborado por Ernst Friedrich Schumacher, y segundo en los límites de la teoría microeconómica vigente. Se considera consensual ser la sostenibilidad un problema cuya solución es de interés social y global y se analiza la propensión y potencialidad del campesino para promoverla. Se aborda la "metaeconomía" como un referente normativo para promover la sostenibilidad y que posibilita justificar la consistencia y plausibilidad del comportamiento campesino. El trabajo de Schumacher es estudiado sobre cuatro ejes: su crítica a la ciencia económica neoclásica y tres de sus proposiciones, la prevalencia de la persona en la economía, el "ser pequeño" y las "tecnología apropiadas". Se considera que estas tres evocan todas las demás proposiciones de la "metaeconomía". Con base en la práctica económica del campesino y en su conformidad con la "metaeconomía" se busca representar su comportamiento con el uso del formalismo de la microeconomía y de los modelos de crecimiento, constituyéndose, así, un "modelo microeconómico campesino" de producción y de crecimiento. El modelo se presenta en la forma de matrices en la cuales están presentes los *stocks* y flujos físicos y una contabilidad que lleva en cuenta el hecho de que el campesino es a la vez productor, consumidor e inversor. Al final, se argumenta que el modelo campesino, teórico-normativo, es consistente y compatible con los requisitos de la sostenibilidad del ser humano y de su medio. El trabajo se fundamenta en el análisis de la literatura disponible. Su objetivo es contribuir con la llamada de Schumacher al estudio de una economía más humana.

**Palabras-clave.** Sostenibilidad. Campesino. "Metaeconomía". Economía Ecológica. Prevalencia de la persona. "ser pequeño". Tecnología apropiada.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>8</b>  |
| <b>2</b> | <b>O CAMPONÊS</b>  |           |
| 2.1      | IDENTIDADE E CARACTERÍSTICAS                             | 10        |
| 2.2      | SUSTENTABILIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NO CAMPONÊS       | 15        |
| <b>3</b> | <b>O CAMPONÊS E A “METAECONOMIA” DE SCHUMACHER</b>       |           |
| 3.1      | A ECONOMIA ECOLÓGICA: UM PRIMEIRO REFERENCIAL            | 18        |
| 3.2      | A “METAECONOMIA” DE SCHUMACHER: A PREVALÊNCIA DA PESSOA  | 21        |
| 3.3      | “SER PEQUENO”  | 24        |
| 3.4      | “TECNOLOGIAS APROPRIADAS”                                | 27        |
| 3.5      | CONSIDERAÇÕES  | 31        |
| <b>4</b> | <b>O MODELO CAMPONÊS</b>                                 |           |
| 4.1      | INTRODUÇÃO   | 34        |
| 4.2      | A “METAECONOMIA CAMPONESA”                               | 36        |
| 4.3      | NECESSIDADES, TRABALHO E PRODUÇÃO                        | 38        |
| 4.4      | A CONTABILIDADE CAMPONESA: RECEITA, RENDA E INVESTIMENTO | 43        |
| 4.5      | “MODELO MICROECONÔMICO CAMPONÊS”: PRODUÇÃO E CRESCIMENTO | 46        |
| 4.6      | CONSIDERAÇÕES  | 54        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÕES GERAIS</b>                                 | <b>57</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                       | <b>60</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata de como o camponês, um segmento social presente em praticamente toda a história da economia, continuará a resistir e a sobreviver. O seu modelo econômico, historicamente forjado, ganha força frente à necessidade de se promover a sustentabilidade do homem e do meio. O modelo não é uma utopia, pois se desenha concretamente, na luta social e na prática econômica, em contradição com a economia dominante que não mais atende as necessidades humanas, nem as básicas e muito menos as necessidades decorrentes da natureza e dos valores da humanidade.

Pretende-se que esse trabalho se constitua de dois ensaios<sup>1</sup> autônomos, formados pelo terceiro e quarto capítulos, tendo o segundo como estrutura comum. No final, a modo de conclusão, tecem-se considerações sobre a plausibilidade do modelo econômico camponês.

No segundo capítulo argumenta-se sobre a adoção do termo “camponês”, discutem-se questões concernentes a sua identidade e, como pré-requisitos para o estudo do comportamento econômico camponês, apresentam-se suas características históricas conforme uma multiplicidade de autores. A partir dos critérios de sustentabilidade, apresentados em Sachs (2009), e da definição de multifuncionalidade, dada em Wilson(2007) e Soares (2000), sugere-se que o camponês é multifuncional e capaz de promover a sustentabilidade. A multifuncionalidade, uma variável complexa, emergente das demais características do camponês e da sua inserção no mercado, aparece como um critério de sustentabilidade.

No terceiro capítulo trabalha-se o enquadramento do comportamento camponês na “metaeconomia”, conceito, elaborado por Ernst Friedrich Schumacher<sup>2</sup>, que circunscreve um conjunto de proposições normativas capazes de orientar e justificar um comportamento econômico necessário para a sustentabilidade humana e econômica. A “metaeconomia”, um corpo consistente de conhecimentos, proposições normativas e diretrizes para a ação, abriga o comportamento econômico camponês e permite qualificá-lo como consistente e plausível. Procura-se, portanto, analisar como os seus preceitos estruturantes integram ou podem integrar o modelo camponês.

---

<sup>1</sup> “El Ensayo es la ciencia menos la prueba explícita”. Ortega y Gasset (1914) *Meditaciones del Quijote*. Citado em Rivera e Yserte, (2009, p. 2).

<sup>2</sup> O conceito de “metaeconomia” é apresentado principalmente em Schumacher (*Lo pequeño es hermoso*, 2011), cujo título da 1ª edição em inglês, de 1973, é “Small is beautiful: a study of economics as if people mattered”. Sua obra inclui ainda “Good work”(1979) e “A guide for the perplexed” (1977).

O principal mérito na abordagem de Schumacher, que reflete seu respeito para com a humanidade, concerne à proposição da prevalência da pessoa na economia<sup>3</sup>, tanto no plano da realidade econômica como no plano da ciência. Prevalência, porém com urgência, de modo que a realização das soluções econômicas ocorra no tempo real das pessoas e não se prolonguem suas perdas. Urgência implica em ação, e nesse sentido o autor adota uma postura pragmática e ativista<sup>4</sup>. Além disso, apesar das críticas ao capitalismo e de comentários favoráveis ao socialismo o autor foge da dicotomia capitalismo-socialismo, o que confere maior fluência para suas propostas. No quarto capítulo discutem-se questões concernentes à formação de excedentes, analisa-se o papel da tecnologia, apresenta-se o modo camponês de produção como uma síntese do seu comportamento econômico e apresenta-se um esboço de modelo econômico, descrito com uso do formalismo da teoria microeconômica e dos modelos de crescimento, sem, entretanto, adotar os princípios neoclássicos. Considera-se que o “modelo microeconômico camponês” representa uma solução para a produção e para o crescimento, não necessariamente maximizadora, porém viável, operacional e consistente com a sustentabilidade.

Ao final, frente à pergunta “O que fazer?” feita por Schumacher (2011, p. 37) e à sua afirmação de que “um grama de prática vale geralmente mais que uma tonelada de teoria”, apresenta-se o camponês como exemplo de um agente, historicamente dotado de propensão e potencial para a sustentabilidade, que pratica a “metaeconomia” e sob seu abrigo ganha autonomia e representatividade teórica.

---

<sup>3</sup> Ou na proposição de uma “economia que leva em conta as pessoas”.

<sup>4</sup> Graças à iniciativa de Schumacher existe hoje uma rede de instituições atuantes no desenvolvimento, fomento e aplicação de “tecnologia intermédia”. Ver em Schumacher (2011, p. 351 e 363).

## 2 O CAMPONÊS

### 2.1 IDENTIDADE E CARACTERÍSTICAS

Este capítulo tem como objetivo desenhar o camponês, a partir de suas características historicamente formadas e de diferentes abordagens sobre o tema, e analisar sua propensão e potencial para a sustentabilidade.

Adota-se o termo “camponês” para designar **uma unidade econômica**, localmente e socialmente inserida, constituída por uma família agricultora, proprietária de terra e que nela trabalha e que possui um modo peculiar de realizar a produção, o “modo camponês de produção”. A adoção desse termo, entretanto, não é imediata e menos ainda unânime<sup>5</sup> e requer argumentação. Para Shanin, (2005, p. 2), apesar do ônus dessa “incômoda discussão”, o termo não deve ser descartado. Esse autor, depois de argumentar sobre as dificuldades de estabelecer o conceito de “camponês” e sobre as constantes ameaças de sua reificação, conclui pela validade da não revogação do conceito, literalmente afirmando (p.18),

“O termo camponês não é uma palavra vazia que reflete os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais, ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora isso possa ser verdadeiro. Se revogado, esse conceito não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante”.

Historicamente<sup>6</sup> o campesinato é o segmento social que trabalha na terra, produzindo para a sociedade, seja por imposição, por necessidade ou por opção. Na sua trajetória, nas diversas etapas da história e com diferentes formas de inserção social, é recorrente a sua aspiração e luta intensa pela posse e permanência na terra, assim como são recorrentes e atuais os conflitos com as classes sociais dominantes que não somente limitam ou impedem a concretização dessa aspiração, mas também, e quase sempre, expropriam o camponês da propriedade da terra e do produto do seu trabalho. Tendo o campesinato sobrevivido a diferentes regimes políticos com diferentes estruturas de classes, na atualidade, num contexto de democracia capitalista e economia de

---

<sup>5</sup> No Brasil existe a denominação “agricultura familiar”, institucional e bastante disseminada; menos restritiva ela inclui categorias de agricultura familiar não camponesa.

<sup>6</sup> A trajetória histórica do campesinato e a evolução do conceito de camponês podem ser estudadas em Chayanov (1975), Shanin (2005), Kearney(1996), Veiga (1996), Rosas e Barkin (2009) e autores clássicos marxistas, entre outros.

mercado globalizada, discute-se se o camponês tem identidade própria e se sobreviverá como um agente econômico distinto dos agentes neoclássicos.

No Brasil, a lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define “agricultor familiar” estabelecendo quatro requisitos para o enquadramento nessa categoria: posse de terra de tamanho limitado, até quatro módulos fiscais; predominância do trabalho dos familiares na atividade econômica do empreendimento; renda familiar predominantemente originada da atividade econômica vinculada ao próprio empreendimento; gestão do empreendimento pelo agricultor junto com a família. Essas características que definem o “agricultor familiar” são essenciais para a definição do camponês, todo camponês é um agricultor familiar, entretanto, como se vê adiante, para que um agricultor familiar seja considerado camponês são necessárias características adicionais.

O problema da identidade do camponês no Brasil, particularmente após o advento da lei Nº 11.326, é focado em Wanderley (2003) que analisa a densidade conceitual do termo “agricultor familiar” frente ao conceito histórico de camponês. Essa autora conclui que “agricultor familiar” mesmo sendo um termo “atribuído”, abrangente e representativo de uma ampla diversidade de situações concretas, é pertinente e suficiente para representar o agente em questão, isso por já estar incorporado pelos agricultores e desde que seja adequadamente “recheado” com seu conteúdo histórico e sociológico. A autora analisa as relações entre o campesinato e a sociedade englobante a partir do exemplo brasileiro. O projeto de modernização da agricultura brasileira, lançado em 1970, se baseava na agricultura em grandes propriedades, no produtivismo e na ampliação da fronteira agrícola. Esse projeto não somente excluiu o campesinato como protagonista como também preconizou sua extinção como segmento econômico autônomo. No entanto, a agricultura familiar reaparece na década de 1990 como uma força econômica e social relevante e distinta da agricultura praticada nas grandes propriedades.

Considerando duas variáveis complexas, a lógica familiar e a dependência<sup>7</sup>, Lamarche (1998) classifica a atividade agrícola em quatro segmentos: agricultura camponesa, essa com dependência baixa e lógica familiar forte; agricultura familiar moderna, com dependência baixa e lógica familiar fraca; empresa familiar, com dependência alta e lógica familiar forte; e empresa, com dependência alta e lógica familiar fraca. Ressalva que nessa classificação a denominada “agricultura de subsistência” fica próxima da agricultura camponesa, porém considera óbvio que o estabelecimento camponês não se resume à simples subsistência.

Com outro ponto de vista, Ploeg(2008) adota explicitamente o termo camponês segmentando a atividade agrícola em agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista e

---

<sup>7</sup> O autor considera as dependências, do mercado de produto, a financeira e a tecnológica.

destacando a luta pela autonomia e a resistência frente aos “impérios alimentares” como características essenciais do camponês<sup>8</sup>. Essa terminologia deixa explícita a importante questão da permanência de uma agricultura “não capitalista” no seio de uma sociedade com regime capitalista, questão que será abordada adiante. O autor trata também a importante questão da existência do camponês no contexto da teoria econômica<sup>9</sup>, argumentando que apesar de o paradigma da modernização agrícola estar teoricamente desacreditado nos dias de hoje, ele ainda predomina como principal modelo, mesmo que por vezes camuflado, e como consequência assume-se que o campesinato de fato desapareceu<sup>10</sup>. Um dos problemas consiste em considerar-se que as formas camponesas de agricultura são “práticas sem representação teórica” ou não suscetíveis de modelagem formal e assim elas não podem ser adequadamente compreendidas, o que normalmente leva ou à conclusão de que não existem ou a serem tratadas como uma anomalia irrelevante.

A apresentação das características históricas do camponês é necessária para o estudo das suas relações com a sustentabilidade e do seu comportamento econômico. Tais características se podem classificar em institucionais, aquelas que no Brasil<sup>11</sup> são incorporadas pela lei Nº 11.326, as essenciais, aquelas definidoras e indissociáveis do termo camponês, e as complementares, aquelas que, sem serem essenciais, em maior ou menor grau estão presentes no camponês. Apresentam-se, a seguir, as características camponesas conforme autores diversos, formando um quadro de referência para análise do seu comportamento econômico.

Na década de 90, em momento de consolidação da agricultura familiar, Veiga (1996) apresenta um quadro de características da agricultura familiar elaborado através da sua diferenciação com a “agricultura patronal”. De acordo com esse autor, no modelo familiar: o trabalho e a gestão estão intimamente relacionados; a direção do processo produtivo é realizada pelos proprietários; há ênfase na diversificação, enquanto o modelo patronal busca a especialização; há ênfase na durabilidade dos recursos naturais, enquanto o modelo patronal prioriza a produtividade através de práticas agrícolas padronizáveis; o trabalho assalariado é

---

<sup>8</sup> O autor, citando a Parmalat como exemplo, descreve os “impérios alimentares” como superestruturas econômicas, complexos agroindustriais globalizados, com cadeias de produção longas e verticalizadas, com forte inserção política, grande investimento em tecnologia e, conseqüentemente, grande poder de mercado. Tais sistemas estariam propensos a exercer relações de dominação com os camponeses.

<sup>9</sup> Críticas, sob o ponto de vista político-ideológico e epistemológico, sobre as limitações da ciência econômica dominante e do paradigma subjacente são feitos em Costa Neto (2008), Fernandes e Sampaio (2008), Fernandez (2011), Mueller (1999), Romeiro (2001).

<sup>10</sup> Além do desaparecimento na economia real, materializado pela exclusão econômica dos pequenos proprietários de terra e pela migração campo-cidade, ocorreu o desaparecimento no âmbito institucional que, conforme Souza, Bagolin, & Corona, 2010, reduziu o modelo camponês ao das firmas neoclássicas.

<sup>11</sup> Pressupõe-se que outros países tenham leis semelhantes. Analisando o problema da inserção institucional do camponês Wanderley (2003, p. 44) cita exemplos de países europeus que possuem legislação sobre o tema.

complementar ao trabalho da família; as decisões são de curto prazo e in loco, dadas as especificidades e alto grau de imprevisibilidade do processo de produção; há ênfase no uso de insumos internos, frente à pesada dependência dos insumos comprados que ocorre no modelo patronal<sup>12</sup>.

Adotando o termo “agricultura familiar” e estudando a trajetória desse segmento no Brasil, Wanderley (2003) denomina como “continuidades” as características históricas que permanecem e como “rupturas” as características novas decorrentes de sua adaptação. Tais “continuidades” ou características camponesas seriam: a tradição camponesa, a existência e permanência de uma cultura camponesa e de um modo de vida camponês, onde a família tem posição central; a inserção e integração na sociedade englobante <sup>13</sup>sem abolição da tradição e cultura próprias; a existência de uma forma social particular de organização da produção, ou de um “modo camponês de produção”; luta incessante pela posse e propriedade da terra; a forte integração entre família e unidade de produção; associação entre patrimônio, trabalho e consumo, dentro da família, formando uma única lógica de funcionamento; produção diversificada e acima das necessidades mínimas, com perspectivas continuamente renovadas; indivisibilidade da renda da família; um posicionamento político ideológico próprio frente aos padrões de globais de produção e consumo e disposição para engajamento político e para pactos sociais.

Considerando a luta pela autonomia como o denominador comum, Ploeg (2008, pp. 40-51) sintetiza oito características do camponês: luta por autonomia e por independência; capacidade de sobrevivência, mesmo em condições e conjunturas adversas; padrões e perspectivas próprios de consumo e de bem estar; prática da co-produção, que diz respeito à forma de interação entre o homem e a natureza viva; relativa independência do mercado, mantida principalmente através limitação e adequação das relações mercantis; natureza particular e formação continuada da sua base de recursos, integrada ao processo do trabalho; pluriatividade <sup>14</sup> como meio de sobrevivência, independência e inserção social; cooperação com a comunidade, centrada no trabalho e sem comprometimento das aspirações e propriedades individuais.

Na linha metodológica de Wanderley (2003), Teló e De David (2012) estudam o caso da “agricultura familiar”, de uma determinada região, onde predomina a produção de um único

---

<sup>12</sup> Na retomada dos estudos sobre a agricultura familiar, não havendo uma definição própria para ela, sua caracterização se fazia apenas pela diferenciação com o modelo dominante esse denominado de agricultura patronal. Posteriormente instituiu-se o termo “agricultura familiar”, com definição própria, inclusive da agricultura camponesa.

<sup>13</sup> Atualmente o camponês se insere na sociedade capitalista, essa a sociedade englobante. Historicamente se inseriu nas sociedades escravagistas e nas feudais.

<sup>14</sup> Conforme Schneider (2003) a pluriatividade consiste na geração de renda através de atividade, temporária ou permanente, fora do estabelecimento agrícola familiar.

produto para um complexo agroindustrial<sup>15</sup>. Nesse estudo avaliam a “campesinidade” dos agricultores familiares e concluem que mesmo com forte inserção em um mercado globalizado e forte pressão pela “modernização” os agricultores permanecem, em maior ou menor grau, com características históricas que lutam por manter, em contraposição ao formato de uma pequena agroindústria familiar isenta de “campesinidade” que poderiam adotar. No caso tais características são: a priorização da sustentabilidade da família, a base do trabalho centrada na família, a permanência na terra, a valorização da comunidade e a produção para autoconsumo. Autores como Wanderley (2003), Ploeg (2008) e Tedesco (1999) teorizam sobre as “características camponesas” e sobre as condições de sua permanência fazendo emergir conceito de “grau de campesinidade”, conceito adotado explicitamente por Ploeg (2008, p. 53).

Em Shanin (2005) encontram-se quatro características delineadas para conceituar o camponês: a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; a agricultura como principal fonte de sobrevivência; a vida em aldeia, a cultura local das pequenas comunidades rurais; constante situação de opressão, isto é, dominação e exploração por outros segmentos ou classes sociais. O autor, entretanto, citando Chayanov<sup>16</sup> e argumentando sobre a insuficiência dessas características, conclui que o camponês deve ser formalmente considerado como uma unidade de produção agrícola cujo trabalho é exercido pela família e o reconhecimento dessa unidade no contexto da economia é requisito para qualquer conceituação e teorização do camponês.

Assim, entende-se o camponês como uma realidade histórica e atual, um agente que opera em uma economia capitalista, pratica relações de mercado e exerce a propriedade dos meios de produção e do produto, porém com um modo peculiar de realizar a produção, esse, distinto do modo capitalista e regido por um sistema próprio de valores que luta por manter. Entretanto, uma análise da distinção entre o “modo camponês de produção” e o “modo capitalista” não o remete a um “modo socialista”, pois conforme observa Wanderley (2003) o camponês resiste a qualquer experiência de coletivização dos meios de produção e da terra.

Apesar de esse trabalho focar a plausibilidade e a consistência do comportamento econômico camponês sob o ponto de vista teórico-normativo é importante se destacar que o camponês, como agricultor familiar, está presente na economia brasileira com representatividade na estatística macroeconômica<sup>17</sup>. Esse fato é constatado no censo agropecuário de 1996, conforme expõe

---

<sup>15</sup> O caso trata da produção de frangos para uma indústria exportadora, na região de Anta Gorda, Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> (CHAYANOV, La organización de la unidad económica campesina, 1985). Alexander Chayanov é precursor e um dos principais estudiosos da economia camponesa, citado pela maioria dos autores.

<sup>17</sup> Dados oficiais são encontrados em INCRA/FAO: projeto de cooperação técnica n.8 (2000) e em IBGE (2009).

Soares (2000), e no censo agropecuário de 2006, conforme expõe Grandó (2011), esse último contando pela primeira vez com estatísticas específicas para a agricultura familiar. Em 1996 foram identificados 4.139.369 (85,5% do total) estabelecimentos rurais familiares contra 554.501 estabelecimentos patronais. Em 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar<sup>18</sup> (84,4% do total) contra 807.587 de agricultura não familiar. Mesmo que a agricultura familiar tenha sido contemplada com um levantamento estatístico próprio e os dados obtidos atestem sua importância, ainda predominam os indicadores adequados a agricultura empresarial que inibem a observação direta da “campesinidade” do agricultor e da sua aderência a sustentabilidade.

## 2.2 SUSTENTABILIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NO CAMPONÊS

Pressupõe-se consensual ser a sustentabilidade um problema cuja solução é de interesse social e global. A sustentabilidade, na sua origem tratada apenas como um problema associado ao crescimento econômico é agora considerado por muitos como um princípio ético-normativo. É um conceito complexo para o qual não existe uma única definição, segundo Diegues(1992) que, citando Robert Chambers, associa o conceito de sustentabilidade à noção de sociedades sustentáveis, onde a manutenção do modo e da qualidade de vida (*sustainable livelihoods*) é a prioridade. Associando sustentabilidade à noção de paz e permanência, Schumacher(2011) preconiza a prevalência da pessoa na atividade econômica e a permanência das características necessárias e desejáveis dos sistemas sociais e do meio ambiente.

Nesse contexto, Sachs (2009) e Montibeller (2004) apresentam um conjunto de critérios que permitem classificar e graduar um agente como promotor da sustentabilidade. Tais critérios incluem: promoção da qualidade de vida; garantia de segurança alimentar; geração de emprego; distribuição da renda; incorporação dos custos ambientais da produção pelas empresas; uso de tecnologia de baixa formação de resíduos; produção prioritariamente orientada as necessidades básicas; limitação da dependência e promoção da autossuficiência econômica; acessibilidade aos serviços e recursos sociais; equilíbrio entre conhecimento tradicional e inovação; preservação dos estoques da natureza e das fontes de geração dos recursos renováveis; distribuição territorial equilibrada do poder e dos recursos, atividades e população; limitação do consumo dos recursos não renováveis; respeito aos processos da natureza e sua capacidade de reprodução e

---

<sup>18</sup> Nesse caso os estabelecimentos de agricultura familiar foram identificados através dos critérios estabelecidos pela lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.



autodepuração; pesquisa científica e tecnológica com finalidades sociais e com autonomia; incorporação universal dos direitos humanos; controle institucional e efetivo dos sistemas globais que geram dependência; soluções e projetos localmente adaptados, particularmente adaptados às culturas e aos ecossistemas. Cotejando-se os critérios de sustentabilidade com as características do camponês se pode constatar que ele satisfaz vários desses critérios mostrando assim sua propensão e potencial para a sustentabilidade.

A multifuncionalidade parece como uma variável emergente das demais características do camponês e da sua inserção no mercado, aumentando seu potencial para a sustentabilidade. Por multifuncionalidade da agricultura entende-se, em Soares (2000), a sua capacidade de, além da produção primária de alimentos e fibras, prover determinados itens, tais como, paisagens aprazíveis, conservação do meio ambiente, gestão adequada dos recursos renováveis, preservação da biodiversidade, contribuição com a viabilidade socioeconômica territorial, contribuição com a segurança alimentar, etc. Conforme esse autor da análise da multifuncionalidade emerge quatro funções-chaves da agricultura: a função alimentar (ou contribuição com a segurança alimentar), a função ambiental, a função econômica e a função social. Destaca-se que a distinção entre função alimentar e função econômica significa considerar que a economia de mercado não satisfaz adequadamente as necessidades alimentares básicas.

Outro conceito de multifuncionalidade agrícola é apresentado em Wilson (2007). O autor propõe a multifuncionalidade como um vetor de nove dimensões cada uma podendo assumir os valores, fraco, moderado e forte. Tais dimensões são: tendência social ao não produtivismo; promoção da sustentabilidade ambiental; integração na comunidade; encurtamento da cadeia de provisão de alimentos; redução dos métodos industriais (*high farming*) de produção; redução da dependência dos mercados globais; diversificação dos produtos; visibilidade e aceitação social da multifuncionalidade; visibilidade e aceitação social da “transição agroecológica”. A progressão da multifuncionalidade fraca para a multifuncionalidade forte, ou a “transição agroecológica”, constitui uma trajetória social em direção à superação do paradigma produtivista. Nas dimensões da multifuncionalidade estão presentes critérios de sustentabilidade e características camponesas; o camponês pode assumir um papel importante na transição agroecológica.

Conforme Souza et al. (2010) as múltiplas funções da agricultura tornam o campo um tema de interesse público e se constituem em demanda social, isto é, existe disposição a pagar para que ela seja exercida, seja através de relações de mercado seja através de políticas públicas. Destaca que a agricultura familiar tem maiores possibilidades que a patronal para exercer a multifuncionalidade, principalmente por integrar ao seu comportamento econômico características que não se encontram na prática agrícola estritamente de mercado e das grandes propriedades. Conclui que o

exercício da multifuncionalidade implica na superação do paradigma produtivista e na consideração de um novo paradigma político-institucional, no qual o conceito de multifuncionalidade teria o papel central (p.209).

A multifuncionalidade no camponês não somente reforça seu potencial para a sustentabilidade, mas também aparece como um componente importante no seu modelo teórico. A propensão do camponês para a sustentabilidade, de contempla-la e de promovê-la, aparece como uma necessidade histórica e como uma necessidade atual de sobrevivência dentro de uma economia de mercado.

### 3 O CAMPONÊS E A “METAECONOMIA” DE SCHUMACHER

#### 3.1 A ECONOMIA ECOLÓGICA: UM PRIMEIRO REFERENCIAL

Nesse capítulo aborda-se a questão de uma economia alternativa, na qual a natureza e os valores humanos tem espaço e prevalecem, como única forma de obter a sustentabilidade. Nessa economia o camponês não somente encontra espaço, mas a pratica e pode representá-la. As propostas da Economia Ecológica, vide Alier (1998), e da “Metaeconomia”, vide Schumacher (2011), são autônomas, igualmente robustas e fortemente convergentes.

A ideia fundamental da Economia Ecológica, oriunda de Georgescu-Roegen<sup>19</sup>, concerne ao caráter físico da atividade econômica. Segundo esse autor, as leis da física, particularmente as da termodinâmica, vigoram sobre a economia e não podem ser ignoradas. Portanto, o tempo concreto, os fluxos e estoques de matéria e de energia devem integrar os modelos econômicos e os recursos naturais devem ser objeto de gestão. As questões referentes à energia, particularmente ao consumo, são amplamente estudadas em Alier e Jusmet (2001) que distinguem o consumo “endossomático” e o uso “exossomático” da energia pelos indivíduos<sup>20</sup> principalmente aqueles que dependem dos recursos naturais para sobreviver. Sob esse ponto de vista o camponês é naturalmente ecológico, o seu nexos com a natureza e com o caráter físico<sup>21</sup> da economia é inerente e característico: se relaciona de forma direta e recorrente com questões que envolvem o tempo, energia, espaço e matéria. No que se refere ao tempo é senso comum que a agricultura está sujeita ao tempo diferenciado e concreto, por exemplo, os ciclos da lua, estações, etc., mesmo que em certo grau se possa introduzir o tempo abstrato e homogêneo pela mecanização, diz Wanderley (2003). O camponês prefere decisões de curto prazo evitando a dependência de mecanismos e instituições externos criados para desenhar e controlar o futuro, conforme Wanderley (2003), ou toma decisões no curto prazo e *in loco*, dadas as especificidades do processo de produção, conforme Veiga (1996).

A Economia Ecológica propõe<sup>22</sup> que a sustentabilidade, particularmente dos recursos naturais, deve ser objeto de gestão social local e não da gestão global pelo mercado como propõe a

<sup>19</sup> Nicolas Georgescu-Roegen é um dos fundadores da Economia Ecológica, autor de “La décroissance: entropie, ecologie, economie” (2008), “La science économique, ses problèmes et ses difficultés” (1970) e “Teoría económica y economía agraria” (1960), entre outras.

<sup>20</sup> Por consumo endossomático o autor entende a energia estritamente relacionada com a sustentabilidade física do indivíduo, enquanto o exossomático se relaciona com a energia usada para fins diversos e necessidades relativas.

<sup>21</sup> O caráter físico da economia, que inclui tempo, espaço, matéria e energia, é tema fundamental da Economia Ecológica, conforme se pode ver em Alier e Jusmet (2001) e Georgescu-Roegen (2008).

<sup>22</sup> Principalmente sob os pontos de vista do “Ecologismo Popular” de Alier (1998).

economia neoclássica<sup>23</sup>. Por isso, para viabilizar a gestão social local, a economia não pode ser tratada como um sistema fechado e abstrato e não pode ser simplificada para adequação ao método<sup>24</sup>, mas deve integrar toda sua complexidade, os ecossistemas e as instituições sociais, destacando-se as que, como a distribuição da propriedade, da renda e do poder, são determinantes para a sustentabilidade.

Conforme sugere Fernandez (2011), a Economia Ecológica aparece como uma potencial quebra do paradigma, como uma superação dos limites epistemológicos e ideológicos da ciência neoclássica. A autora faz uma crítica direta a teoria econômica neoclássica e ao que chama de paradigma científico analítico-reducionista, que na linha de uma pretensa “neutralidade axiológica” impõe a certeza matemática como sinônima de verdade e subordina o sujeito da pesquisa ao método, daí concluindo que nenhum outro objetivo é válido exceto a maximização do lucro e da utilidade, numa perspectiva microeconômica, ou o crescimento econômico, numa perspectiva macroeconômica.

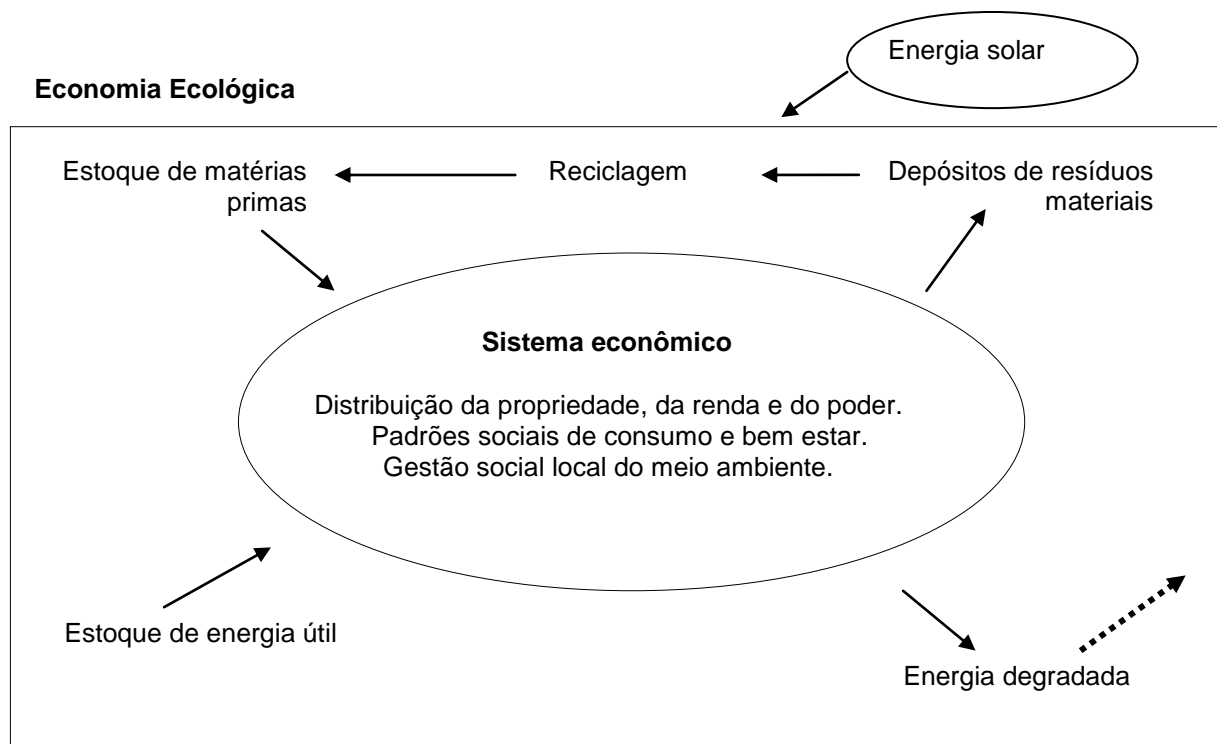


Figura 1. A Economia Ecológica envolvendo o sistema econômico, os ecossistemas e as instituições sociais. Fonte: obtida e adaptada de Alier e Jusmet(2001, p. 441).

<sup>23</sup> A gestão da sustentabilidade pelo mercado tem como elementos básicos a “internalização das externalidades”, o princípio de que “o poluidor paga” e os “direitos de propriedade”. Visto em Montibeller (2004, p. 86).

<sup>24</sup> Em Krugman,(1995, p. 34) encontra-se um significativo exemplo de que temas relevantes são ignorados pela ciência econômica simplesmente pela impossibilidade de sua modelagem, ou pela impossibilidade epistemológica de adoção de novas formas de modelos.

A figura 1 exibe a ideia da Economia Ecológica envolvendo o sistema econômico imbricado com os sistemas físicos e sociais. Essa figura tanto pode circunscrever a economia global como um “entorno ecológico local” ou uma economia familiar, onde os elementos físicos e institucionais, os fluxos, estoques e processos que integram a economia são reconhecidos e objetos de gestão. Conforme observam Rosas e Barkin (2009), é crescente o número de casos de gestão comunitária bem sucedida dos recursos naturais, onde se faz sentir a capacidade do camponês para a organização e a governança local e onde a “tragédia dos comuns” não é uma verdade irrevogável.

Argumentando que a economia deve atender as “reais necessidades” sociais e não somente gerar oportunidades para os interesses privados, Alier e Jusmet (2001) propõem<sup>25</sup> que as necessidades de consumo sejam expressas através de uma “ordem lexicográfica” ex-ante a produção. As necessidades de consumo, portanto, seriam representadas por um vetor de quantidades discretas, limitadas e concretas, não intercambiáveis através do conceito de utilidade, que possibilitaria visualizar o impacto da produção e do consumo. No camponês, um exemplo desse tipo de escolha é o da possibilidade da produção para o autoconsumo orientada para a necessidade básica de suprimento de energia endossomática. Esses autores criticam a teoria neoclássica, além de achá-la inconsistente<sup>26</sup>, segundo a qual o consumidor, não conhecendo nada sobre a produção, lidando apenas com sua renda e suas preferências subjetivas, tem como único comportamento racional a maximização da utilidade.

Outro conceito característico da Economia Ecológica é o da capacidade de suporte a vida dos “geossistemas”<sup>27</sup>, conforme Montibeller (2004). Tais sistemas têm limitações para dar suporte à vida, principalmente quando se considera os impactos do consumo exossomático de energia ou do consumo sem limites dos recursos naturais. Assim os aspectos territoriais e demográficos emergem como um fator importante para a sustentabilidade. Nesse aspecto, considera-se evidente que a distribuição da terra entre pequenas propriedades e sua exploração limitada pelo trabalho da família, como é o caso do camponês, tende a compatibilizar a demanda dos recursos naturais com a capacidade de suporte.

---

<sup>25</sup> Citando Georgescu-Roegen como proponente original.

<sup>26</sup> Nem os preços relativos nem as preferências subjetivas explicam a “lei de Engel”, mas sim as necessidades básicas comuns a todos os humanos, afirmam Alier e Jusmet (2001, p. 17).

<sup>27</sup> Por “geossistema” o autor se refere aos ecossistemas geograficamente localizados, de tamanho limitado e onde se faz presente uma população humana.

### 3.2 A “METAECONOMIA” DE SCHUMACHER: A PREVALÊNCIA DA PESSOA

As propostas de Schumacher nascem em um momento de crise global, a crise econômica da década de 1970, que evidenciou definitivamente a insustentabilidade do crescimento nos moldes vigentes. Criticando a teoria econômica neoclássica e o regime capitalista elabora um corpo de proposições que motiva e capacita o ser humano a promover sua sustentabilidade, assim como Keynes que frente à outra crise global critica a teoria econômica dominante e propõe uma nova teoria macroeconômica. Entretanto, indo além da teoria econômica, Schumacher critica toda a ciência econômica, seus limites, seu método e, principalmente, sua autoridade para julgar o comportamento humano. Rejeitando a pretensão de a ciência econômica estabelecer seus próprios limites e se autovalidar, o autor propõe que ela deva se orientar e se validar pela “metaeconomia”, um referencial que, além dos valores estritamente monetários e do simples “cálculo econômico”<sup>28</sup>, leva em conta valores morais e ecológicos e a presença do homem. A referência explícita, na ciência econômica, de valores morais e comportamentais é prognosticada por Capra, (1982)<sup>29</sup>, “assim ela estará apta a contemplar as aspirações e potencialidades humanas”, diz o autor.

O conceito de sustentabilidade está associado às noções de paz e permanência em Schumacher (2011). A sabedoria econômica tem na noção de permanência um dos seus pilares, por isso deve-se estudar a economia da permanência. O fomento da expansão das necessidades, a educação para o consumo, é a antítese da sabedoria. A noção de permanência é incompatível com a atitude predadora que se regozija com o fato de que “o que era luxo para os nossos pais são agora necessidades básicas para nós”. O anseio por permanência está presente e é fundamental no camponês. O anseio pela permanência numa “mesma terra”, que se traduz em apego e luta pela terra, é a marca principal do seu modo de vida e fonte do seu cuidado com o seu meio, vê-se em Via Campesina do Brasil (2004). Os camponeses lutam pela permanência também dos seus costumes e do seu modo de vida, enfim, luta pela sua permanência como camponês. A trajetória histórica do camponês é a uma luta por permanência.

A proposta central da “metaeconomia” é a da prevalência da pessoa na realidade econômica e, por decorrência, na teoria econômica. Essa prevalência é concreta, dirige-se para pessoas identificáveis, localizáveis e acessíveis. Exige reconhecimento, participação e protagonismo, de cada pessoa. Assim como a Economia Ecológica advoga a presença da complexidade dos processos físicos e das instituições, na ciência econômica, a “metaeconomia” advoga a presença e

---

<sup>28</sup> O termo “cálculo econômico” é utilizado pelo autor para se referir ao método neoclássico.

<sup>29</sup> Citado em Moraes e Serra (2005, p. 22).

participação concreta e autônoma da pessoa. Essa presença não se faz somente através de representação teórica<sup>30</sup>, mas principalmente através de um método que permita e facilite a participação das pessoas comuns na economia real. Por outro lado, a prevalência da pessoa implica em urgência, não admite protelação das soluções que possam eliminar ou mitigar as dificuldades e sofrimentos humanos. Pessoas podem estar morrendo de fome enquanto se calcula o PIB, diz Schumacher (2011). Nessa linha critica a ideia do crescimento como pré-requisito para o desenvolvimento proposta por Keynes. A ideia de um rápido acesso ao conhecimento sem necessidade de longos aprendizados ou de dependências é convergente com a ideia de urgência e integra a proposição das “tecnologias apropriadas”<sup>31</sup>. Não se podem procrastinar soluções na busca da perfeição, o “ótimo é inimigo do bom”, diz Schumacher (1979, p. 63).

Para o camponês, a família, com seus distintos indivíduos, é o sujeito e o objeto da atividade econômica. São as necessidades, as aspirações, as peculiaridades e as limitações desses indivíduos que prevalecem nas escolhas da família. O indivíduo camponês é, ao mesmo tempo, trabalhador, gestor, consumidor e proprietário dos meios de produção. Suas decisões e ações integram todas as funções econômicas. A pessoa, portanto, está sempre presente e participando na economia. As necessidades da família estão sempre à vista e as ações para atendê-las não podem ser postergadas. A ideia de urgência é inerente ao comportamento camponês. A capacidade de trabalho do camponês é limitada, o seu tempo é concreto e não pode ser transportado para o futuro, o trabalho não realizado dificilmente é recuperável, o que não fizer hoje pode resultar em carência amanhã, a urgência é presente no seu cotidiano.

A crítica ao método econômico, por justificar um comportamento violento e carregado de cobiça e de excessos e por limitar ou anular o papel da pessoa, é recorrente e contundente no trabalho de Schumacher (2011). Manifesta que, sob tal método, não somente a natureza está sujeita a perdas irre recuperáveis, mas a própria natureza humana esta sendo carcomida. Critica o paradigma cartesiano, em Schumacher (1979, p. 73), por retirar da ciência o significado e o propósito, impregnando-a de abstração e reificando a pessoa. Sob esse paradigma a ciência econômica se reduz ao “cálculo econômico” e não se sustenta, diz Schumacher (2011, p. 45), devendo por isso buscar referências fora dos seus limites, na “metaeconomia”.

Uma das primeiras preocupações de Schumacher (2011 p. 41) com relação ao método econômico é romper a dicotomia entre “comportamento econômico” e “comportamento antieconômico” proposta na economia neoclássica. Rejeita o que chama de “natureza

---

<sup>30</sup> A representação concreta da pessoa nos modelos econômicos é hoje impossível dado os limites epistemológicos e ideológicos do método vigente, afirma Fernandez (2011).

<sup>31</sup> Utiliza-se esse termo como sinônimo de “tecnologia intermédia”, termos cunhados por Schumacher.

fragmentária” dos julgamentos da economia, ou critérios reducionistas, que pretensamente a autoriza julgar o que é bom e econômico ou o que é ruim e antieconômico. Segundo o autor, a economia classifica como antieconômico todo o comportamento que não maximiza o lucro monetário, isto é, de um complexo e rico universo de critérios que a vida real propicia, os quais poderiam balizar o julgamento econômico, somente um é considerado: que um fator produza ou não lucro máximo para quem o possua. E mais, ressalta que a metodologia econômica somente contempla os benefícios gerados para os indivíduos que possuem tais fatores, não sendo capaz de valorizar os benefícios gerados para a sociedade. Assim, sob os preceitos da “metaeconomia”, o comportamento camponês, não maximizador, voltado para os interesses sociais, solidário e ecológico, não é qualificado como antieconômico.

Contrapondo-se ao método neoclássico, que reduz todos os bens a valores monetários e a um grau de utilidade, e, portanto assume serem eles perfeitamente intercambiáveis, assim inibindo a percepção da natureza e do impacto da produção, Schumacher (2011, p. 48) propõe uma classificação mínima para as mercadorias<sup>32</sup>, equivalente à proposta das escolhas lexicográficas da Economia Ecológica, que permite ao agente econômico discernir, ex-ante, sobre a origem, trajetória e finalidade dos bens produzidos e também permite o reconhecimento como bens econômicos daqueles que regularmente não aparecem no mercado, como o ar, a água, a terra e a própria natureza. Esse discernimento seria uma condição necessária para quem se propõe a promover a sustentabilidade, praticar a co-produção com a natureza e priorizar a produção destinada a atender as necessidades básicas. A distinção entre as diferentes classes de mercadorias integra o modo camponês de produção, o qual conhece ex-ante o impacto de suas escolhas sobre a família, sobre a comunidade e sobre o meio ambiente.

A ideia de que as coisas simplesmente acontecem e ninguém é responsável é rejeitada por Schumacher (2011, p. 239). Se as coisas simplesmente acontecem e continuarão acontecendo, se a realidade econômica é apenas uma sucessão de eventos, então o papel das pessoas seria apenas de observar e aproveitar as oportunidades. O autor defende a ideia de uma economia de finalidades e não somente de oportunidades. Critica a proposição da ciência econômica neoclássica<sup>33</sup> de que a economia se realiza através de uma sucessão de eventos onde imperam as ações abstratas do mercado, restringindo ou eliminando o protagonismo das pessoas. A não conformidade com a economia de oportunidades pode ser percebida no camponês, que não está continuamente em

---

<sup>32</sup> Segundo essa classificação as mercadorias se subdividem em primárias e secundárias, as primárias em renováveis e não renováveis, as secundárias em manufaturas e serviços.

<sup>33</sup> Crítica semelhante é feita em Davidson (2003), do esse autor chama “o contagioso axioma da ergodicidade”. Segundo o autor, a ciência econômica, invocando esse axioma, reivindica ser uma ciência exata assim substituindo a possibilidade de se fazer o certo pela necessidade de se fazer o exato.



busca da maior taxa de retorno para seu capital e nem das melhores oportunidades de emprego, mas prefere permanecer trabalhando na sua terra, protagonista, com autonomia, obtendo sua subsistência a seu modo, livre para definir seus objetivos e para traçar sua trajetória.

### 3.3 “SER PEQUENO”

Ao discutir a questão do tamanho das atividades ou a definição do que é “pequeno” Schumacher (2011, p. 68) argumenta que frente à multiplicidade das exigências humanas não se pode esperar uma resposta única. Depende do que se quer fazer, porém de qualquer forma o problema do tamanho, da escala, é crucial tanto na economia, como na política, como no social. Entretanto, em todo seu trabalho, relaciona o tamanho das atividades com a escala humana, com os limites do homem e da natureza<sup>34</sup>. Qualquer atividade que não adote um princípio de autolimitação se torna perversa<sup>35</sup>, diz (p.163). Advoga, então, que as atividades não devem prevalecer sobre o homem ou sobre natureza, mas sim a prevalência do homem na economia deve balizar a questão do tamanho das atividades.

Um exemplo claro de balizamento do tamanho a partir da prevalência da pessoa é dado no enunciado da primeira restrição organizacional da “Comunidade Scott Bader”, que limita o tamanho da empresa e incorpora a possibilidade de descentralização quando esse tamanho superar o limite: “a empresa seguirá sendo de tamanho limitado de modo que cada um dos seus membros possa abarcá-la mentalmente; o número de membros será de trezentos e cinquenta aproximadamente e em caso de necessidade de aumento da atividade será criada uma nova unidade totalmente autônoma”, Schumacher (2011, p. 287)<sup>36</sup>.

A proposição de “ser pequeno” é densa, se complementa com a proposição das “tecnologias apropriadas” e se entrelaça com as outras importantes proposições da “metaeconomia”, particularmente o papel do trabalho e a descentralização. Segundo Schumacher (2011) ser pequeno não somente é meritório, mas também se contrapõe à corruptora necessidade de ser grande ou à predadora corrida para o gigantismo. Essa questão é colocada de imediato, no prefácio de sua obra, quando o autor se pergunta se os problemas econômicos então emergentes reforçariam a posição dos que defendem uma revisão do comportamento econômico ou a dos que

---

<sup>34</sup> O autor argumenta sobre a necessidade de distinção entre os fluxos, esses decorrentes das atividades, e os estoques, “acumulados” pela humanidade ou pela natureza. A ausência dessa distinção, mesmo entre os economistas, cria uma ilusão de poder ilimitado ou de que não há necessidade de limites para as atividades.

<sup>35</sup> “Demoníaca” é a palavra usada pelo autor citado.

<sup>36</sup> Schumacher apresenta esse caso como uma empresa na qual a pessoa prevalece. O proprietário original distribuiu a propriedade da empresa entre os trabalhadores, que então se tornaram sócios e gestores.

simplesmente defendem a continuidade da corrida exacerbada para frente. No escopo da “metaeconomia” ser pequeno e permanecer pequeno é plausível, não é sinônimo de incompetência ou de insucesso, não é um comportamento antieconômico. “Ser pequeno” impõe relações amigáveis, não violentas, cooperativas, tanto com relação aos outros como com relação ao meio.

A condição de pequeno é inerente ao camponês, os tamanhos da sua terra e o da sua família determinam essa condição. A quantidade de trabalho e a quantidade de produto que pode realizar são limitadas, com também é limitada a sua capacidade de gerar excedentes e acumular capital. Porém ser pequeno também é uma escolha, na medida em que essa condição se torna satisfatória, na medida em que ela pode sustentar perspectivas de bem estar, na medida em que o camponês prefere permanecer nessa condição em lugar de procurar exacerbadamente e a qualquer custo superá-la.

A permanente condição de pequeno implica na necessidade de trabalhar, impossibilita a acumulação ilimitada de propriedades, impossibilita a sobrevivência exclusivamente a partir das rendas das propriedades acumuladas. A importante função do trabalho é analisada em Schumacher (2011)<sup>37</sup>, onde analisa o trabalho no contexto dos “meios corretos de subsistência” em uma sociedade budista<sup>38</sup>.

Sob o ponto de vista da economia neoclássica, para o trabalhador, o trabalho não traz nenhuma satisfação, a satisfação é obtida pelo consumo após a obtenção da renda. A quantidade de trabalho decorre do balanço entre a sua “desutilidade” com a “utilidade” do consumo. A natureza do produto e a qualidade do trabalho, para a grande maioria dos trabalhadores, são contingenciais.

Sob o ponto de vista de uma economia budista o trabalho tem três funções básicas: dar ao homem a possibilidade de utilizar e desenvolver suas faculdades; ajudá-lo a liberar-se do seu egocentrismo unindo-o a outras pessoas em tarefas comuns; produzir bens e serviços necessários para a vida. Por outro lado a visão budista rejeita a dicotomia trabalho-ócio, o primeiro como fonte de desconforto e apenas o segundo como espaço de felicidade. A firma que o planejamento econômico deve ter proposição fundamental o pleno emprego, ou seja, de proporcionar trabalho para todas as pessoas que necessitam ou desejam trabalhar. Esses preceitos sobre o trabalho estão presentes no comportamento e nas possibilidades do camponês. O camponês tem uma relativa

---

<sup>37</sup> Principalmente nos capítulos IV, X e XII.

<sup>38</sup> O autor frisa que as ideias apresentadas não são exclusivas das sociedades budistas, mas estão presentes em diversas sociedades e fazem parte de uma cultura universal. Tais ideias, principalmente as relacionadas como o papel do trabalho são incorporadas a “metaeconomia”.

liberdade de escolha sobre o que, quando e como irá produzir, podendo, portanto, estabelecer uma relação particular com seu trabalho. Se para o “pequeno” em geral o trabalho é uma simples necessidade, para o camponês pode ser uma fonte direta de bem estar e de realização. O trabalho é um fator de produção, do qual o camponês é, ao mesmo tempo, ofertante, demandante e gestor. As relações de trabalho são fruto da política familiar e não do mercado. O escopo do trabalho é amplo, principalmente se considerarmos que o camponês pode trabalhar para desenvolver sua multifuncionalidade: existe uma ampla e continuada variedade de tarefas a executar. No âmbito da família, o pleno emprego é viável e desejável, o camponês pode adequar tanto o seu produto como os seus meios de produção para se aproximar da condição do pleno emprego da família. Assim, a função do trabalho, como delineada na “metaeconomia”, está presente e exerce um papel positivo e bem definido no comportamento camponês.

A descentralização é um tema relevante para a “metaeconomia”, intimamente ligado aos temas da prevalência da pessoa e da condição de pequeno. Entende-se descentralização como a distribuição territorial localmente equilibrada da população, das funções econômicas e políticas e da propriedade da terra, em contraposição com a centralização que inclui concentrações, demográfica, de riqueza, de conhecimento e de poder. Essa questão é abordada por Schumacher (2011, p. 199), sob o título “dois milhões de aldeias”, que propõe que a economia se realize autonomamente dentro de cada “aldeia”, ou dentro de espaços territoriais limitados, localizados e identificados. O autor argumenta que se as pessoas devem prevalecer na economia, essas pessoas devem ter rosto, devem ser identificadas e localizadas e isso é possível somente em estruturas descentralizadas; em estruturas centralizadas o ser humano comum se perde. A globalização, a centralização e a padronização levam a perdas nas “estruturas psicológicas” de grande valor social, como a identidade dos indivíduos<sup>39</sup>, a coesão social, o espírito de cooperação, o mútuo e o próprio respeito, a resiliência social e a própria coesão familiar. O autor critica os economistas do desenvolvimento com suas cômodas teorias e impressionantes modelos, no quais as pessoas e territórios tornam-se entidades abstratas ou simplesmente não aparecem, e propõe o desafio de uma ciência econômica que leve em conta as pessoas, suas diversidades e seus locais. Conhecimento para isso existe, diz o autor, desde que se abandone o pressuposto de que o que é bom para os ricos e para os bem educados é bom para todos. Se a pessoa não pode se adaptar a economia a economia deve se adaptar a pessoa, esse é o cerne do suposto problema de falta de conhecimento para a gestão de uma economia descentralizada, afirma Schumacher (2011). A luta

---

<sup>39</sup> A questão da identidade é analisada em Moraes e Serra (2005, p. 9): “Um cidadão nascido na região basca, é basco, espanhol ou europeu?”, perguntam.

pela permanência na sua terra e por autonomia, sua necessidade de cooperação, a valorização da comunidade, a resistência à globalização, sua condição de pequeno, enfim, são características que estabelecem umnexo imediato e substantivo do camponês com a proposição de descentralização. O camponês necessita de estruturas descentralizadas, trabalha e luta por elas. Dentro da evolução das ciências agrárias, discute Ploeg (2008, p. p.87), as questões que envolvem a localidade e a descentralização são um denominador comum. A “metaeconomia” apresenta a descentralização como necessária para a prevalência da pessoa na economia.

### 3.4 “TECNOLOGIAS APROPRIADAS”

A tecnologia dominante aparece na economia neoclássica como um conceito abstrato, uma relação abstrata entre os produtos e os insumos, a função de produção. Os efeitos de diferentes tecnologias se manifestam em diferentes produtividades e diferentes taxas técnicas de substituição. As possibilidades qualitativas e quantitativas da produção são determinadas pela tecnologia e, principalmente, uma irrestrita substituição entre os insumos é possibilitada pela tecnologia. As denominadas “restrições tecnológicas” junto com a condição de maximização do lucro possibilitam uma teoria da firma, elegante, consistente, e, principalmente, compatível com as aspirações dos proprietários dos fatores de produção. Entretanto nenhuma noção de limites quanto ao uso dos insumos está associada à tecnologia.

Grandes conquistas humanas, não somente econômicas, se devem a tecnologia, a própria tecnologia é uma conquista humana e sua disponibilidade é um instrumento grande de valor. Atualmente, entretanto, o desenvolvimento da tecnologia a transformou de um instrumento controlado pelo homem para um valor econômico autônomo movido pelo mercado. O desenvolvimento e a propriedade da tecnologia são agora, para seus detentores, instrumentos de poder que ameaçam a sustentabilidade e a própria humanidade, diz Schumacher(2011, p. 28). Apesar disso, na ciência econômica, mesmo com o amplo reconhecimento do impacto negativo da tecnologia sobre a sustentabilidade, o conceito continua abstrato refletindo apenas uma relação matemática entre produtos e insumos.

Na abordagem de Schumacher a tecnologia é concreta, o seu impacto está embutido no seu próprio conceito, no qual a pessoa está presente e tem prevalência. Se a tecnologia se converteu em algo inumano deve-se trabalhar a possibilidade de uma tecnologia com “rosto humano”. Assim, no escopo da “metaeconomia”, o autor propõe a adoção de “tecnologias intermédias” ou

de “tecnologias apropriadas”<sup>40</sup>. O termo “tecnologia intermédia”, conforme Schumacher (p.163), a posiciona entre as tecnologias primitivas e as tecnologias dominantes<sup>41</sup>, essas ditas complexas, de alto custo e restritivas. O termo “tecnologia apropriada” refere-se às ideias de apropriação e de adequação, ou à ideia ser controlada por quem a utiliza, ou às ideias de tecnologias de autoajuda ou de tecnologias democráticas. A proposição das “tecnologias apropriadas” se complementa com a proposição de “ser pequeno” como pilares da “metaeconomia” e também evoca o papel do trabalho e a descentralização como proposições estruturantes.

A proposição das “tecnologias apropriadas”, tendo como núcleo a ideia de limites, está construída sobre três características básicas: um baixo custo da tecnologia propiciando amplo acesso; possibilidade de aplicação em pequenas escalas de produção; plena compatibilidade com a pessoa. Ao contrário de uma relação abstrata entre produtos e insumos, Schumacher deixa claro que a “tecnologia apropriada” é uma relação concreta e não violenta entre o homem e a natureza que, *a priori*, garante a permanência<sup>42</sup>. Suas características permitem estabelecer limites, o que não é possível quando a tecnologia é tratada abstratamente.

As tecnologias apropriadas permitem a descentralização, permitem a produção pelas massas no lugar da produção massiva, permitem a produção de muito e diversificada por muitos no lugar da produção de muito do mesmo por poucos, permite muitos trabalhando para muitos em lugar de muitos trabalhando para poucos. No escopo da Permacultura, Holmgren(2013), sob o título de “soluções pequenas e lentas” (p. 296), analisando Schumacher, apresenta como “tecnologias apropriadas” àquelas que: são de pequena escala; são simples de aplicar e manter; são intensivas em trabalho e não intensivas em capital ou energia; usam recursos locais; sustentam mercados locais. Esse autor cita Schumacher como um dos mais eloquentes e fluentes críticos ao gigantismo e a centralização na economia e considera essa crítica como um fio condutor para a conceituação dessas tecnologias.

O camponês, considerando-se sua aspiração por permanência, sua priorização da família e a sua condição de pequeno, necessita de “tecnologias apropriadas”, e, por outro lado, é resistente e inapto para as tecnologias embarcadas no paradigma produtivista. As características da tecnologia, os custos, a escala e a adequação ao homem, são elementos concretos com os quais o camponês pode lidar e controlar. Esse é o cerne da questão para o camponês, não perder sua autonomia, não criar dependência tecnológica, não criar dependência financeira, não gerar

---

<sup>40</sup> Adota-se o termo “tecnologia apropriada” considerando-se intercambiável com “tecnologia intermédia”.

<sup>41</sup> Denominadas de “supertecnologias dos ricos” por Schumacher.

<sup>42</sup> Aqui Schumacher estabelece a garantia da permanência ou da sustentabilidade como uma condição necessária ex-ante da tecnologia se opondo aos efeitos contingenciais ex-post das tecnologias dominantes.

impactos negativos na sua terra, na sua família ou na comunidade e poder produzir para o consumo local.

Um baixo custo da tecnologia que permita sua fácil aquisição e manutenção é fundamental. O camponês não quer nem pode comprometer sua incerta renda futura. Por outro lado o baixo custo possibilita equidade entre os camponeses quanto o acesso à tecnologia e possibilita a produção em pequena escala, diversificada, para o consumo local. A tecnologia tem que ser compatível com a escala de produção do camponês, essa uma escala permanente dada pelo tamanho da terra e da família. A tecnologia tem que caber na sua família, na sua terra, na sua comunidade, no seu mercado, não podendo pressionar seus limites. Entretanto, mesmo as tecnologias de baixo custo monetário ou de pequena escala podem não ser apropriadas se não forem plenamente compatíveis com as necessidades do homem, no caso os indivíduos da família camponesa.

A plena compatibilidade entre a tecnologia e o homem, considerada por Schumacher (2011) como a principal característica das “tecnologias apropriadas”, está associada com o trabalho e por isso tem um nexos direto com o camponês. Primeiro, a tecnologia deve propiciar trabalho e não o substituir, ela deve facilitar o emprego do trabalho, deve facilitar uma política de pleno emprego. Esse aspecto tem forte influência sobre as decisões de adoção de tecnologia pelo camponês, o camponês pode optar pela não adoção de uma nova tecnologia se essa causar desocupação da família. A tecnologia pode gerar excedentes de tempo, mais tempo livre, por um lado isso é um potencial de desenvolvimento, por outro pode gerar “desocupação”, um problema com o qual o camponês deve lidar <sup>43</sup>. Segundo, a tecnologia deve tornar o trabalho aprazível e criativo, deve mitigar o cansaço e o desconforto, deve tornar o trabalho um meio de realização, deve aumentar a propensão do trabalho e não criar aversão, diz Schumacher. O camponês depende do seu próprio trabalho, para o qual tem capacidade limitada, depende da propensão ao trabalho dos familiares e deve contrapor-se a aversão ao trabalho, o que numa família camponesa pode determinar sua desagregação.

Outra característica, a flexibilidade, pode ser agregada ao conceito da “tecnologia apropriada”, principalmente em se tratando do camponês. Uma tecnologia flexível não pressiona em direção a especialização tanto no que se refere aos produtos quanto ao que refere aos insumos, favorecendo, ao contrario, a diversidade e a descentralização. Uma tecnologia flexível não restringe a autonomia do camponês e nem gera custos irre recuperáveis. Apesar de não explicitar,

---

<sup>43</sup> Essa questão é analisada em Pontes (2005, p. 42) onde se encontra um exemplo da preocupação do camponês com o emprego: a adoção de um novo equipamento que aumentaria a produtividade foi rejeitada em função da desocupação que ocasionaria.

Schumacher sugere a flexibilidade como uma característica relevante ao criticar as restritivas tecnologias dominantes.

A totalidade do conhecimento acumulado pela humanidade, fonte das tecnologias dominantes, poderia ser a mesma fonte dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das “tecnologias apropriadas”. Isso, entretanto, não ocorre. As tecnologias dominantes e as “tecnologias apropriadas” são rivais. Não existe livre acesso a essas fontes, ao contrário, o acesso é difícil, o conhecimento é privado e de alto preço no mercado. Além disso, a tecnologia não emerge espontaneamente do estoque de conhecimento, mas requer trabalho, equipamento e inteligência, sendo aí onde entram o investimento e o cientista, com seu alinhamento com o mercado e com a ideologia dominante. O desenvolvimento tecnológico é, então, fortemente centralizado pelas corporações, instituições e sistemas que estão aptos a captar esses investimentos e propiciar os retornos esperados pelo mercado.

Ao contrário, o conhecimento camponês é descentralizado e tende a se difundir através de redes. As fontes de conhecimento incluem o conhecimento tradicional do qual o camponês não abre mão, consciente do seu potencial. Entretanto, o camponês também é consciente das suas limitações e reivindica a criação de uma ciência a seu serviço, adequada e alinhada, de onde se podem originar as “tecnologias apropriadas camponesas”. No âmbito da ciência, portanto, conforme exposto em Petersen et al. (2009)<sup>44</sup>, o camponês luta por uma ciência “descentralizada”, uma ciência própria e autônoma, uma ciência a seu serviço, isenta da mistificação da neutralidade axiológica, uma ciência que o auxilie no embate político com os detentores das tecnologias dominantes.

No que se refere ao conhecimento o cenário global é estimulante<sup>45</sup>, diversas são as fontes potenciais de conhecimento científico útil para o camponês, voltado para a tecnologia, como para a ciência econômica, como para as ciências agrárias. Primeiramente, a própria “metaeconomia” não se limitando a conceituar e propor “tecnologias apropriadas” cria e mantém uma rede de instituições que desenvolvem e difundem<sup>46</sup> conhecimento. Juntamente com a “metaeconomia” aparece a Economia Ecológica, que foca o conhecimento destinado à gestão social do meio ambiente e, na linha de Alier (1998), propõe o Ecologismo Popular, um corpo de conhecimentos e proposições de larga abrangência, onde as “tecnologias apropriadas” de Schumacher aparecem

---

<sup>44</sup> Esses autores argumentam não haver impedimentos técnicos ou científicos para tal objetivo, mas sim barreiras de natureza política e ideológica no âmbito das instituições científicas e acadêmicas.

<sup>45</sup> Existe um número crescente e relativamente amplo de instituições, agrupamentos e arranjos voltados ao desenvolvimento, organização e difusão do conhecimento camponês. Sua abordagem foge do escopo desse trabalho, entretanto como exemplo cita-se: a organização ASPTA, [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br); a rede REJU, [WWW.redejucara.org.br](http://WWW.redejucara.org.br).

<sup>46</sup> Ver o apêndice “O pequeno é possível” e a bibliografia em Schumacher (2011, p. 311 et seq.)

como uma das vertentes estruturantes. A Permacultura <sup>47</sup> apresenta uma estrutura de conhecimento, normas de comportamento, princípios para o desenvolvimento rural e tecnologias de gestão local, potencialmente útil para o camponês, por focar a sustentabilidade e um estilo de vida com ela compatível. Um programa de pesquisa, “*Sustainable Rural Livelihoods*” <sup>48</sup>, sobre a sustentabilidade do meio rural, integra princípios da Economia Ecológica e da Economia Institucional, teorias de crescimento, estratégias de produção e concepções de bem-estar. Essa abordagem é particularmente útil quando se pensa o camponês no seu contexto local. Finalmente a Agroecologia, que aparece como um tema multidimensional de grande interesse para o camponês. Ela trata diretamente com as questões agrícolas, a terra, as sementes, as plantações, as colheitas, ensina o camponês na sua prática da produção. Constitui-se de um amplo corpo de conhecimentos oriundos de várias vertentes e já é encontrada nos currículos do ensino superior. Apresenta-se como alternativa ao paradigma produtivista, na medida em que propõe a “transição agroecológica” <sup>49</sup> como uma dinâmica atual e real de transformação social. Todas essas áreas de conhecimento abrigam ou fazem eco às questões propostas pela “metaeconomia”: homem, tamanho, tecnologia, trabalho e distribuição.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES

A sustentabilidade, a “paz e permanência”, uma economia de permanência, é algo necessário e desejável para a humanidade. Se não para toda humanidade pelo menos para uma parte, espere-se, e se assim for criando-se dois segmentos conflitantes que irão requerer um posicionamento de cada um. A sustentabilidade não é somente uma solução para o problema do crescimento frente aos limites da natureza. Na sua obra, Schumacher apresenta a sustentabilidade como um valor social, como princípio econômico capaz de se tornar uma finalidade dinamizadora da economia, uma diretriz coordenadora, um princípio que pode substituir as maximizações unilaterais, competidoras e predadoras. Argumenta também que a progressão para uma economia de paz e permanência não se fará através dos mercados ou apenas através da história, mas requer ação deliberada e urgente, no plano da política, economia, pesquisa e educação, todas elas superando os princípios e limites da ciência econômica vigente.

O camponês, por seu lado, é um agente econômico com propensão e aptidão para a sustentabilidade. Suas características históricas o enquadram nos critérios da sustentabilidade. Se

---

<sup>47</sup> Ver Holmgren (2013).

<sup>48</sup> Tal como apresentado em Scoones (1998).

<sup>49</sup> Ver Veiga (1996), Wilson (2007) e Via Campesina do Brasil (2004).



no escopo da economia neoclássica ele não é passível de representação, no escopo da “metaeconomia” ele ganha força e representatividade. As proposições teórico-normativas da “metaeconomia” se realimentam com as características camponesas em convergência com a sustentabilidade. O camponês pode adotar essas proposições, incorporar ao seu modo de produção sendo então válido se falar em uma “metaeconomia camponesa”.

A “metaeconomia” pode ser vista como um modelo de transição, não em direção a uma utopia, mas como uma saída concreta da situação problemática em que se encontra a economia e a sociedade. Schumacher descreveu a “metaeconomia” como um modelo normativo para toda a sociedade, entretanto parece não caber dúvida que suas proposições fazem maior eco no camponês.

Assim propõe-se que o camponês não seja tratado como uma “noção”, conforme diz G. Plekhanov<sup>50</sup>, nem como uma classificação específica da atividade agrícola, conforme alguns dos autores antes citados, mas como um modelo autônomo cuja adoção progressiva significaria uma transição social em direção à sustentabilidade.

A abordagem de Shanin (2005) vai em direção da afirmação de que o camponês apresenta características autônomas e permanentes que se refletem de modo diferente nos diversos sistemas sociais. Isso não quer dizer que os seus conceito e modelo possam ser reduzidos, deduzidos ou dissolvidos no seu contexto social. Esse autor também ressalta que o estudo do camponês requer mais atenção sobre as questões epistemológicas e sobre as relações entre o todo e as partes, assim fazendo uma entrada clara na teoria de sistemas. A questão do método da economia neoclássica é tratada de forma intensa por Schumacher, que o critica tanto quanto a epistemologia cartesiana subjacente. Porém mais que o método esse autor critica a postura que leva o economista a subordinar o sujeito ao método sugerindo assim, mesmo sem explicitar, uma abordagem da questão ideológica.

Daqui se abrem três linhas de estudos teóricos envolvendo o camponês, que supostamente reforçariam e ampliariam o conceito de “metaeconomia”. A primeira é como a “metaeconomia camponesa”, tendo o camponês como sujeito, supera de fato os limites teóricos e epistemológicos da ciência econômica neoclássica; a segunda é a abordagem do camponês como sendo uma estrutura social invariante dentro dos sucessivos sistemas sociais dominantes, estudo esse que seria balizado pela abordagem sociológica<sup>51</sup> da teoria de sistemas; a terceira envolve a hipótese de

---

<sup>50</sup> Citado em Shanin (2005, p.1).

<sup>51</sup> Tal como em Luhmann (2009).

uma ideologia camponesa e o papel da ideologia na transformação social, na linha proposta em Mézráros (2011)<sup>52</sup>, principalmente.

A omissão do referencial marxista e da questão ideológica nesse trabalho não significa o desconhecimento da sua importância ou da existência de uma “ideologia camponesa” e do seu mérito, porém sua análise extrapolaria os limites desse trabalho.

---

<sup>52</sup> Autor marxista não ortodoxo, ativista na “questão agrária” brasileira.

## 4 O MODELO CAMPONÊS

### 4.1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, na segunda secção desse capítulo, trabalha-se o conceito de “metaeconomia camponesa” que funde a “metaeconomia” com o “modo camponês de produção”. A “metaeconomia”, conforme proposto em Schumacher (2011), se reforça e se constrói como referência geral, agora englobando a Economia Ecológica e a “transição agroecológica”, porém sem prejuízo para fontes originais autônomas como Georgescu-Roegen (2008), Alier (1998) e Wilson (2007).

O termo “modo camponês de produção” refere-se às características históricas do camponês dando forma ao seu comportamento econômico, o qual incorpora a “racionalidade camponesa”, ou, nos termos de Lamarche (1998), incorpora uma “lógica familiar” distinta da “lógica empresarial”. A “metaeconomia camponesa” é descrita através de um conjunto de proposições teórico-normativas, justificadas a partir da “metaeconomia”. Essas proposições pretendem convergir com o que Moraes e Serra (2005, p. 22) evocam como “a construção de um pensamento econômico que torne a economia mais atenta aos valores morais e valorize o desenvolvimento humano”.

Na terceira e quarta secções se apresentam e se discutem as variáveis necessárias para o modelo econômico do camponês. Dentre as fontes para essa análise se destacam Janvry e Sadoulet (1996), Löfgren e Robinson (1999) e Scoones (1998), como aquelas que apresentam abordagens formais. A análise das questões que envolvem a distinção entre a prática econômica camponesa e as estritamente capitalistas ou estritamente de mercado está centrada em Chayanov (1985) e em trabalhos afins. Ideias e o conhecimento, concernentes a modelos insumo-produto e a conceitos e matrizes de contabilidade social se encontram em Agénor e Montiel (1999) e em Bêrni e Lautert (2011).

O camponês é um agente econômico, trabalhador da terra, proprietário dela e dos demais meios de produção, e, por fim, proprietário do seu produto. Como proprietário ele tem mais autonomia para fazer suas escolhas e exercer suas preferências. A sua própria permanência como camponês é uma escolha ou resultado de suas preferências.

O camponês apresenta diferenças fundamentais com relação aos trabalhadores e proprietários em geral e com os proprietários de terra em particular, que são determinantes para o seu modo de produção. No que tange ao trabalho, diferente do trabalhador em geral que deve se adaptar as condições do emprego, apresenta uma relativa autonomia para dar forma ao seu trabalho, tanto na

distribuição do seu tempo, quanto na forma de organizar o trabalho, quanto na escolha das tecnologias, podendo assim privilegiar a qualidade do trabalho. Como produtor e consumidor têm suficientes condições e graus de liberdade para produzir de acordo com suas necessidades não dependendo exclusivamente da renda monetária para atingir o nível de bem estar desejado. Na condição de “pequeno”, nos termos da “metaeconomia”, o camponês possui e pretende permanecer com um tamanho limitado de terra, portanto, a sua atividade econômica não requer e nem pressiona em direção a um crescimento continuado.

Ao contrário do “capital produzido”, cuja produção supostamente não tem limites, a terra, sendo um “capital natural”, tem um estoque global limitado. Os proprietários de terra, entre eles os camponeses, são rivais num “jogo de soma zero”. Assim, mesmo sendo ele pequeno, as ações econômicas do camponês são estratégicas frente aos demais camponeses e aos produtores agrícolas que demandam grandes áreas de terra.

Como qualquer atividade econômica, o camponês deve gerar excedentes, porém, sendo proprietário dos meios de produção e do produto, não está obrigado a maximizar lucro para remunerar “expectativas de retorno” de um investidor qualquer. Não adotar os custos de oportunidade e a maximização do lucro como princípios econômicos é uma escolha que pode fazer.

Na quinta seção trabalha-se com um esboço do “modelo microeconômico camponês”. Tal modelo consiste na representação formal e instrumental da “metaeconomia camponesa” antes descrita, tratando da forma como o camponês faz seus cálculos e escolhas relativos à produção, ao consumo e ao investimento. O modelo não tem como finalidade descrever plenamente a economia camponesa, porém é seu reflexo e um meio para a sua operacionalização.

O fato de que as distintas funções econômicas, produção, consumo e investimento, são indissociáveis no camponês e estão integradas em um único agente é o primeiro fator estruturante do modelo. Um segundo fator estruturante é o tempo real e concreto que rege a atividade agrícola, em cujos ciclos o camponês deve alocar seus recursos, particularmente o seu trabalho. Todas as ações, variáveis e resultados econômicos devem estar “subscritos” pelos ciclos do tempo real em que se realizam. Num possível modelo espacial, o tempo real seria um dos eixos. O terceiro fator estruturante do modelo é a finalidade da atividade econômica do camponês, que se propõe ser a sustentabilidade, a sua e a do seu meio. Tratada como finalidade, a sustentabilidade substitui a maximização do lucro como princípio econômico capaz de dar consistência ao modelo.

Diferente dos modelos neoclássicos da firma e do consumidor, o modelo camponês não se restringe ao cálculo econômico e não é autossuficiente. Sua validade não depende da sua precisão e da sua consistência interna, mas depende de referenciais externos como a “metaeconomia”.

## 4.2 A “METAECONOMIA CAMPONESA”.

Utiliza-se o termo “metaeconomia camponesa” para designar a síntese da prática econômica camponesa, o seu modo de produção, com a “metaeconomia”, essa agora ampliada com as proposições da Economia Ecológica e da “transição agroecológica”.

A “metaeconomia camponesa” se insere numa sociedade capitalista na qual se pratica uma economia de mercado<sup>53</sup>, fato que integra sua caracterização. Nesse aspecto é crucial a questão da determinação das necessidades de consumo, principalmente frente à massiva e impositiva<sup>54</sup> oferta de bens de consumo que rege a economia dominante e da fraca possibilidade das pessoas comuns acumularem estoques reais como opção frente ao consumo. Moraes e Serra (2005, p.18) alertam para essa questão lembrando ser o consumo um dos pontos mais sensíveis da argumentação de Schumacher e reforçam a proposta por uma demanda de bens moderada e compatível com a sustentabilidade.

Os principais aspectos da “metaeconomia camponesa” descrevem-se através de um conjunto de proposições teórico-normativas, a seguir. Tais proposições, que depois integrarão o “modelo microeconômico camponês”, se originam de ideias de Schumacher (2011), principalmente, de Alier (1998), de Ploeg (2008) e de Scoones (1998), entre outros.

- a) A prevalência da pessoa é um imperativo moral que deve se traduzir em um imperativo econômico. A prevalência da pessoa implica urgência, concretude e protagonismo. O julgamento das pessoas tem relevância econômica, particularmente quando é resultado de exercício coletivo e, junto com o cálculo econômico, integra a racionalidade econômica do camponês.
- b) A finalidade da economia é a sustentabilidade. A “metaeconomia camponesa”, portanto, tem finalidade e não se restringe a uma sucessão de oportunidades. As expectativas de sustentabilidade integram a definição das necessidades e o planejamento da produção. As necessidades são concretas e são definidas com discernimento das que são básicas e dos seus impactos. As necessidades são compatíveis com “ser pequeno” e o limite entre as necessidades básicas e evolui sem comprometer a sustentabilidade.
- c) O camponês conhece seu entorno ecológico local (ver Figura1) e com ele interage de forma continuada<sup>55</sup>, visando incrementar a sustentabilidade. Faz parte da racionalidade econômica do camponês a compreensão de que a sustentabilidade, a sua e de cada uma das outras unidades, depende da sustentabilidade de todas e do seu meio. Os entornos se definem num contexto de uma

---

<sup>53</sup> Adiciona-se o pressuposto de um regime democrático, sem o qual a análise não se sustenta.

<sup>54</sup> “Violenta”, nos termos de Schumacher.

<sup>55</sup> “Observe e interaja” é o primeiro princípio da permacultura. Vice Holmgren (2013, p. 65).

economia descentralizada onde os múltiplos e distintos entornos carregam suficiente autonomia. A delimitação do entorno é territorial e também dada pela capacidade de compreensão e interação das pessoas que nele residem e operam.

d) O camponês promove um crescimento continuado de sua base de recursos. Por base de recursos entende-se a totalidade dos meios necessários para a promoção da sustentabilidade, os de propriedade do camponês, ou os que ele pode usar, ou aqueles sobre os quais pode e quer influir. A base de recursos se constitui de estoques, é acumulativa, porém sofre o decréscimo natural que requer uma reposição continuada. A acumulação do produto na forma de estoques de recursos é uma alternativa para um “consumo sem limites” e estabelece um nexos com o futuro.

e) A escolha da tecnologia não é determinada pelo produto e pelo seu potencial de lucro. O camponês escolhe ex-ante a sua tecnologia contemplando a sustentabilidade, isto é, adota tecnologias apropriadas para a promoção da sustentabilidade. A discussão sobre a aversão do camponês a tecnologia ou aversão a “modernidade” é vazia uma vez que o camponês adota sem restrições as “tecnologias apropriadas”.

f) O camponês satisfaz suas necessidades através do seu trabalho e da sua produção. Ciclicamente, o planejamento da produção reflete as expectativas de consumo e as perspectivas de crescimento e a efetivação da produção reflete a capacidade do camponês de promover sua sustentabilidade. O produto se destina para o consumo, seu e do mercado, e para a formação da base de recursos. O camponês define seu leque de produtos no contexto da sustentabilidade, ou seja, limita sua dependência do mercado, amplia sua multifuncionalidade, diversifica seus produtos e pratica uma economia de escopo<sup>56</sup>, contempla o pleno emprego da família e contempla a “sustentabilidade dos outros”<sup>57</sup>.

g) As ações do camponês são estratégicas<sup>58</sup>. O camponês deve planejar e executar suas ações contemplando as restrições e os eventos da natureza e as ações dos agentes econômicos. As questões estratégicas relevantes se manifestam frente ao mercado de trabalho, frente à rivalidade pela propriedade da terra e frente ao confronto com o modelo agrícola industrial. Em qualquer dessas instâncias o camponês, como “unidade”, é estrategicamente irrelevante. Portanto, o fator

---

<sup>56</sup> Principalmente verticalizado a produção e encurtando as cadeias de produção. As cadeias de valor agregado se fariam em “economia associativa”. Besanko (2006).

<sup>57</sup> Por exemplo, a produção de itens da cesta básica para a segurança alimentar.

<sup>58</sup> A abordagem dessa questão pela Teoria dos Jogos é rica e estimulante, mas foge aos limites desse trabalho. Um exemplo dessa abordagem aparece em Rosas e Barkin (2009, p. 81). Alguns autores, como Martínez (2008), consideram a Teoria dos Jogos como uma teoria social particularmente útil para o estudo dos dilemas entre as ações individuais e as coletivas.

estratégico realimenta a necessidade de interação com seus pares e pressiona pela concretização de formas de associativismo e de cooperação.

Para a análise da “metaeconomia camponesa” parte-se do pressuposto de que o estoque de terra, da qual é proprietário, é suficiente, quantitativa e qualitativamente, para viabilizar o sustento da família. Ressalta-se a importância da permanência do camponês na sua terra, como proprietário; de outra forma, arrendando terra, por exemplo, o camponês se move em direção à agricultura empresarial. A não validade desse pressuposto descaracterizaria o camponês como uma unidade econômica. Um segundo pressuposto refere-se ao grau de autonomia do camponês no contexto da ciência, ou seja, a possibilidade de análise do camponês como um conceito autônomo. Esse pressuposto, antes enunciado, é razoável no contexto da “metaeconomia” e sua não validade remeteria a situação de considerar o camponês uma frivolidade linguística ou uma anomalia teórica irrelevante<sup>59</sup>.

#### 4.3 NECESSIDADES, TRABALHO E PRODUÇÃO.

Essa seção envolve a identificação de variáveis que serão utilizadas no modelo econômico camponês bem como das relações básicas estruturantes do modelo. Dentre os autores a partir dos quais se elaboram as ideias apresentadas se destacam Janvry e Sadoulet (1996), Löfgren e Robinson (1999), Scoones (1998), Chayanov (1985), Costa (2000), Pontes (2005), Rosas e Barkin, (2009).

As necessidades do camponês são aquelas concernentes à totalidade da família, à família como uma unidade econômica, ao mesmo tempo gestora, consumidora, produtora e investidora. Os indivíduos da família, em conjunto, definem as necessidades, também em conjunto escolhem a forma de trabalhar e ainda em conjunto trabalham para a satisfação das necessidades. O camponês se apropria de todo o resultado do seu trabalho, sem necessariamente transformar todo o seu produto em receita, diferente do trabalhador que recebe parte da receita do produto sem dele se apropriar ou do capitalista que se apropria de parte da receita sem trabalhar.

As necessidades do camponês incluem as necessidades de consumo e as necessidades concernentes à sustentabilidade, essas descritas na forma de incrementos na base de recursos. A satisfação das necessidades não depende exclusivamente do consumo no mercado, mas, em maior ou menor grau, pode ser obtida endogenamente. O camponês tem uma relativa autonomia para decidir o que produz podendo fazê-lo para atender diretamente suas necessidades. Pode então

---

<sup>59</sup> Ver Shanin (2005) e Ploeg (2008), já citados anteriormente sobre essa questão.

equilibrar suas necessidades e satisfazê-las, parte através da geração de renda e parte através da produção para autoconsumo e para autoinvestimento.

As necessidades físicas de consumo se satisfazem através do consumo básico (CB) e do consumo complementar (CC). O limite entre consumo o básico e o consumo complementar é relativo e dinâmico. A “metaeconomia” aborda essa questão distinguindo e propondo diferentes níveis de consumo e propondo meios para seu discernimento. No estudo das características do camponês se encontram referências a padrões locais e dinâmicos de consumo. As necessidades básicas podem se expandir e qualificar, porém, nos termos da “metaeconomia camponesa”, isso ocorre dentro de limites e no devido tempo.

O camponês traduz sua necessidade de manter ou incrementar sua sustentabilidade em incrementos da sua base de recursos ( $\Delta B$ ), essa constituída de estoques. Preliminarmente<sup>60</sup> consideram-se os estoques, o capital permanente<sup>61</sup>, o capital financeiro, os recursos naturais, o capital humano e o capital social. A Economia Ecológica propõe a distinção entre a terra como espaço de produção e como repositório ecológico ou espaço de vida. A complexidade do capital social<sup>62</sup> é relevante para a análise. Nele se fazem presentes associações, redes de relações, arranjos de cooperação e organizações, tanto as construídas pelo camponês como as com que interage. Adiciona-se a ideias dos “estoques domésticos”, que inclui, entre outros itens, a moradia com seus diferentes graus de qualidade, com impacto direto no nível corrente de satisfação das pessoas da família.

O nível (B) dos estoques que compõe a base de recursos reflete diretamente as condições de sustentabilidade, o inventário dos estoques é peça integrante e distintiva do modelo camponês. Ciclicamente os incrementos ( $\Delta B$ ) se adicionam aos níveis correntes dos estoques formando novos níveis,  $B + \Delta B \Rightarrow B$ , entretanto para que haja crescimento líquido é necessário que os incrementos superem os decrescimentos naturais<sup>63</sup>. Schumacher (2011) insiste quanto à necessidade da distinção entre fluxos e estoques. Sem essa distinção se cria a ilusão da inexistência de limites para as atividades econômicas, diz, criticando a ciência econômica por não fazê-la adequadamente. Por exemplo, as equações diferenciais que calculam o crescimento econômico ignoram os níveis dos estoques utilizando apenas as suas taxas de uso<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> Visto em Adelman (1972), Scoones (1998).

<sup>61</sup> No sentido usual de “produto acumulado”.

<sup>62</sup> Visto em Rivera e Yserte (2009).

<sup>63</sup> Decrescimentos decorrentes da entropia presente em qualquer realidade física. Problema enunciado por Georgescu-Roegen (2008), como a questão fundamental da Economia Ecológica.

<sup>64</sup> Como em Adelman (1972).



Os estoques se decompõem em estoques de fatores de produção e em “estoques sistêmicos”. Os estoques de fatores são aqueles cujos níveis (X) podem ser suficientemente quantificados de modo a serem considerados na função demanda de fatores. Os “estoques sistêmicos”, por exemplo a rede de relações interpessoais, fundamentais para sustentabilidade, são aqueles que tem efeitos indiretos na produção e requerem ação multilateral dos camponeses para sua manutenção.

Preliminarmente consideram-se como fatores de produção, o fluxo de trabalho (W), o estoque de capital permanente (K), o estoque de terra cultivável (T) e o fluxo de produto intermediário (G). Todos os fatores de produção, inclusive o trabalho, são limitados ou “constantes no curto prazo”.

O tempo é uma variável relevante para a economia familiar camponesa. O camponês tem uma relação peculiar com tempo em diversos aspectos. O tempo e o trabalho são interdependentes e o camponês deve administrá-los de forma integrada. A capacidade máxima de trabalho da família camponesa depende do número de familiares e do tempo máximo que cada um pode trabalhar. Os limites físicos da pessoa, traduzíveis em capacidade de trabalho, estão presentes e são distintos em cada indivíduo da família<sup>65</sup>. Um segundo aspecto concernente ao tempo é o fato desse ser concreto e heterogêneo, principalmente em decorrência da natureza da atividade agrícola. O trabalho não se distribui uniformemente nos diversos períodos de tempo, mas deve ser alocado adequadamente em cada um deles. Os dias, as semanas, os meses e as estações são diferentes e o trabalho que pode ser realizado em cada um deles também é diferente. Um terceiro aspecto é a relativa autonomia e flexibilidade que o camponês tem para o uso de seu tempo. O camponês pode planejar e dedicar o seu tempo em diferentes tarefas, visando diferentes produtos, visando incrementar sua multifuncionalidade, até mesmo pode distribuir as tarefas visando tornar o trabalho mais atrativo.

Se no modelo neoclássico a demanda e a oferta de trabalho são variáveis autônomas, a primeira definida pela firma e a segunda pelas famílias, cujos valores se estabelecem pelo equilíbrio no mercado de trabalho, no modelo camponês o trabalho é uma variável (W) única cujos valores discretos dependem, não de mecanismos de mercado, mas das características físicas da família e das decisões do camponês. Partindo das ideias expostas em Costa (2000)<sup>66</sup> definem-se quatro valores marcantes para essa variável.

O primeiro valor, WM, refere-se ao máximo de trabalho que se pode esperar ou planejar para a família, determinado exclusivamente pelos limites físicos, tanto em termos de tempo quanto de

---

<sup>65</sup> As questões que envolvem as condições intrafamiliares, o papel, o gênero, a idade e a diversidade dos indivíduos são economicamente relevantes, porém sua abordagem foge do escopo desse trabalho.

<sup>66</sup> Texto original citado em Via Campesina do Brasil (2004, p. 63).

energia. WM é a capacidade física máxima de trabalho da família<sup>67</sup>. O camponês pode influenciá-la para cima, porém descarta-se a hipótese de uma procura intencional e continuada pelo seu aumento.

O segundo valor, WS, refere-se ao trabalho mínimo admissível, é o trabalho necessário para se alcançar a satisfação das necessidades mínimas de subsistência. Descarta-se da análise a situação  $WM \leq WS$ , que caracterizaria uma família fisicamente incapacitada para subsistência. Considera-se então que  $WM > WS$ , isto é, que a família tem capacidade de trabalho para aspirar melhorar sua qualidade de vida, expandindo e qualificando suas necessidades.

O terceiro valor, WO, refere-se ao trabalho que os familiares trabalhadores estão dispostos a realizar, mede a disposição ao trabalho da família. WO é a oferta de trabalho da família. A oferta de trabalho é influenciada, positiva ou negativamente, por um conjunto de fatores que o camponês tem que administrar, de forma concreta e presencial, no âmbito da família. Para isso o camponês não pode reduzir os fatores negativos ao abstrato conceito da “desutilidade do trabalho” e nem pode considerar que as expectativas de renda pessoal<sup>68</sup> como o único fator positivo. Considera-se crucial, portanto, a percepção de valor intrínseco no trabalho e o discernimento dos fatores concretos que contribuem com sua oferta por parte de cada familiar. O papel social do trabalho, a educação no trabalho e para o trabalho e a adoção de “tecnologias apropriadas” exercem um papel determinante nessa questão. Na sua obra Schumacher trata de forma densa as questões que envolvem a tecnologia e o trabalho bem como as questões que envolvem o trabalho e a educação. Para esse autor, o limiar entre a “economia da violência e do desperdício” e uma “economia de paz e permanência” depende fortemente da educação.

O aumento de WO em direção a WM é possível, entretanto descarta-se a hipótese de uma busca sistemática pela situação  $WO = WM$ , que significaria o esgotamento da capacidade física. Primeiro porque o aumento da disposição para o trabalho sem uma demanda efetiva desse trabalho geraria desocupação. Segundo porque o esgotamento de recursos físicos, mesmo que necessário para um “plano de produção eficiente”<sup>69</sup>, não é compatível com a “metaeconomia camponesa”. Considera-se então válida a situação permanente  $WO < WM$ .

O quarto valor, WD, ex-ante é o trabalho planejado pela família, ex-post é a quantidade de trabalho que o camponês efetivamente realizou, ou seja, é a parcela da oferta de trabalho que efetivamente conseguiu empregar. A situação permanente  $WD = WO$ , de pleno emprego, é

---

<sup>67</sup> Os limites físicos são basicamente determinados pelas características próprias dos indivíduos, porém podem ser causados por fatores externos ambientais ou institucionais.

<sup>68</sup> A renda pessoal não é distribuída na forma de salário, como se vê adiante.

<sup>69</sup> Visto em Varian (1992, p. 4)

desejável e é um dos indicadores de sucesso na gestão da economia familiar. As situações  $WO > WD$ , de desocupação da família, e  $WO < WD$ , de carência de mão de obra, são anômalas e devem ser objeto de gestão. Na ocorrência de desocupação da família o camponês pode, por exemplo, aumentar sua produção, caso sua escala de produção<sup>70</sup> e as condições do mercado permitam, ou então incrementar as tecnologias apropriadas intensivas em trabalho. Na ocorrência de carência de mão de obra, se temporária, pode ser resolvida pela obtenção de trabalho fora da família ou pela contratação de serviços, se persistente, entretanto, obriga a família readequar seu nível de necessidades.

As decisões do camponês no que concerne ao trabalho não são somente de quanto trabalhar, mas principalmente de como distribuir a quantidade limitada de trabalho entre os diferentes produtos e entre os diferentes períodos de tempo. O trabalho  $W$ , portanto, deve ser tratado como um conjunto de parcelas mapeadas num espaço bidimensional, cujos eixos são, um o vetor de produtos e o outro os períodos do tempo concreto<sup>71</sup>.

O produto total do camponês inclui todas as contribuições “identificáveis” para a sustentabilidade, ou seja, engloba todos os resultados da sua atividade agrícola multifuncional, que tem impacto positivo sobre a sustentabilidade e são suscetíveis de reconhecimento social, com ou sem valor de mercado, com ou sem possibilidade de quantificação direta.

O produto total pode ser decomposto em fluxos ( $Y$ ), que serão consumidos na família ou vendidos, e de incrementos ( $\Delta B$ ) da sua base de recursos, que são relativamente permanentes. Essas duas parcelas incluem componentes de natureza física e não podem se reduzir a um único valor monetário. Os incrementos na base de recursos podem ser verificados ex-post, através de indicadores, porém, também é necessário um suficiente nível de discernimento ex-ante para que o camponês possa planejar suas atividades de forma a obtê-los.

O fluxo de produto ( $Y$ ), por sua vez, pode ser decomposto em fluxo de produto primário ( $Y_P$ ) e fluxo de produto secundário ( $Y_S$ ), contemplando-se assim a proposta da “metaeconomia”. O produto primário refere-se exclusivamente a produção primária de fibras e alimentos, o produto secundário refere-se a todos os demais produtos realizados no âmbito do estabelecimento familiar e no escopo da multifuncionalidade.

Nas relações insumo-produto, predomina a relação  $X \geq X(Y, \Delta B)$ , onde  $X$  é o vetor demanda de fatores,  $(Y, \Delta B)$  é o vetor de produtos e  $X(Y, \Delta B)$  é a função demanda de fatores. A relação

---

<sup>70</sup> Entende-se como “escala de produção” o nível de produção permitido pelo conjunto dos fatores de produção. A escala de produção do camponês, portanto, é dada e o que ele pode fazer é a ela se ajustar.

<sup>71</sup> Como se vê adiante esse mapeamento se faz na matriz do plano de trabalho.

acima informa a quantidade mínima do fator X necessária para a obtenção do produto (Y,  $\Delta B$ ). A predominância da função demanda de fatores sobre a função da produção, expressa a ideia de limitar-se a produção a disponibilidade de recursos, no sentido contrário ao de produzir para maximizar o lucro. Considera-se que uma função da forma  $a \cdot X_i \geq Y_j$ , onde “a” é a fração média do fator “i” necessária para a produção do produto “j”, integra o conhecimento básico do agricultor, corrente ou inserido numa curva de aprendizado. Por exemplo, o número de dias de trabalho necessários para o plantio de um determinado produto agrícola deve integrar o conhecimento básico do agricultor, mesmo que conhecimento coletivo, ou mesmo que tenha que aprender na forma de tentativa e erro.

A relação  $(W, T, K, G) \Rightarrow (Y, \Delta B)$  exprime o fato de que a atividade do camponês, com uso da terra, do capital permanente e de produto intermediário resulta no fluxo de produto e no incremento da base de recursos planejados. Decompondo o fluxo de produto em duas parcelas, uma a destinada à venda ( $Y_M$ ) e outra destinada ao consumo direto da família ( $Y_F$ ), temos a relação  $(W, T, K, G) \Rightarrow (Y_M, Y_F, \Delta B)$ .

O vetor  $(CB, CC, \Delta B)$  descreve as necessidades e a relação  $(Y_M, Y_F, \Delta B) \supseteq (CB, CC, \Delta B)$  exprime o fato de que o produto “inclui” ou satisfaz as necessidades.

#### 4.4 A CONTABILIDADE CAMPONESA: RECEITA, RENDA E INVESTIMENTO.

Essa questão envolve a identificação e a conceituação das variáveis que, no contexto da “metaeconomia camponesa”, medem os fluxos monetários concernentes à atividade econômica do camponês e aos seus resultados. Trata-se então de um esquema contábil<sup>72</sup> que expresse adequadamente a sustentabilidade financeira. Não se trata apenas de contabilidade fiscal para efeito de verificar o cumprimento de obrigações e compromissos, mas de restrições econômico-contábeis a serem contempladas no plano e na execução das atividades e na distribuição da receita. Essa análise concerne às relações com o mercado traduzidas em despesas e receitas.<sup>73</sup>

Para essa análise, parte-se da terminologia da Contabilidade Macroeconômica bem como das ideias apresentadas por Rosas e Barkin, (2009, p. 91), quando analisa Chayanov (1985), e das ideias de Lamarche (1998), quando distingue as “lógicas familiares” das “lógicas empresariais”.

---

<sup>72</sup> Discute-se um esquema teoricamente possível, supostamente passível de verificação empírica.

<sup>73</sup> Quando for necessária distinção entre essas partes utiliza-se o subscrito M, para os fluxos relacionados com o mercado, e F para os fluxos relacionados produzidos e consumidos no âmbito da família.

A conceituação das variáveis e a definição das relação econômico-contábeis do camponês se fazem dentro de uma “lógica familiar”.

O camponês é uma unidade econômica familiar não assalariada, conforme se pode ver em Chayanov (1975). Isso quer dizer que a distribuição da renda entre os indivíduos da família não é uma obrigação decorrente de contratos de trabalho. Porém, também não quer dizer que não haja expectativas de renda particular por parte dos indivíduos, renda cuja inexistência ou frustração continuada poderia levar a procura de outros meios de subsistência. O problema da “indivisibilidade dos rendimentos”, proposto por Chayanov (1985), é relevante e pressiona a distribuição da receita em direção a despesas e fundos comuns dentro da família. Porém, isso não implica na impossibilidade de se contabilizar excedentes cuja realização, dentro de uma “lógica familiar”, pode ser mais importante que sua composição teórica.

A receita total (RT) do camponês é composta de quatro parcelas: a receita da venda do produto primário (RP), a receita da venda do produto secundário (RS), a receita de atividade externa<sup>74</sup> (RE) e o subsídio (SUB). Deve-se observar que, nem todo o produto gera receita, pois parte dele é destinada a família ou pode não ser passível de quantificação ou de valorização monetária, e que nem toda a receita decorre da produção, pois parte dela (RE+SUB) se origina externamente.

As despesas do camponês consistem em despesas básicas da produção (DG), despesas do consumo básico (DB), despesas do consumo opcional (DO) e despesas de investimento, essas também opcionais. Essas despesas são as que a família decide realizar em conjunto, excluindo-se as possíveis despesas feitas com a renda individual. As despesas básicas da produção são concernentes ao produto intermediário, os insumos sem os quais o agricultor não pode exercer sua atividade e que são adquiridos no mercado. As despesas básicas de consumo são aquelas que a família não pode ou não quer postergar, seja por que concernem às necessidades básicas seja por que já estão incorporadas ao padrão de consumo.

O conceito de excedente econômico está relacionado com a progressiva disponibilidade de parcelas do produto que podem ser utilizadas com maior grau de liberdade por seus detentores. Na Contabilidade Macroeconômica o primeiro excedente é o produto final, excedente do produto total sobre o produto intermediário. Na contabilidade camponesa, propõe-se, que o primeiro excedente considere apenas a receita primária e as despesas básicas da produção e do consumo.

---

74 As receitas externas são aquelas decorrentes de atividades realizadas fora do âmbito do estabelecimento familiar, conceituadas no escopo da “pluriatividade”. Visto em Schneider (2003).

Assim, o primeiro excedente, denominado excedente primário (E1), dado por  $RP-DG-DB=E1>0$ , exprime o fato de que a receita da venda dos produtos agrícolas primários excede as despesas básicas no valor E1.

O segundo excedente, denominado excedente secundário (E2), considera a receita total, porém ainda somente as despesas básicas:  $RT-DG-DB=E2$ . O excedente secundário equivale à renda da família a qual ela pode utilizar para as despesas do consumo opcional, investimento ou para a distribuição como renda individual. Considera-se que todas as receitas sejam sistemáticas. As receitas secundárias decorrentes da multifuncionalidade são características da atividade agrícola e naturalmente podem ser consideradas como sistemáticas. As receitas externas, associadas à pluriatividade, em geral são tratadas como complementos de renda não sistemáticos<sup>75</sup>, porém podem ser considerados como sistemáticos quando a atividade externa se insere numa estratégia permanente de inserção social. Os subsídios poderão ser considerados como sistemáticos na medida em que eles representem uma remuneração social do agricultor pelos incrementos na sustentabilidade. Para efeito de análise, preliminarmente, considera-se a seguinte destinação ou distribuição do excedente secundário: poupança familiar; investimentos dedicados à produção; investimentos domésticos; consumo opcional da família; renda individual do trabalho.

As necessidades de renda individual do trabalho ficam reduzidas quando a alimentação e a moradia estão inseridas nas necessidades básicas coletivas e se reduzem ainda mais quando os indivíduos decidem coletivamente na destinação dos excedentes. Também, considera-se que a renda individual não é estritamente distribuída na forma de salário ou pró-labore<sup>76</sup>, mas de acordo com uma política familiar de remuneração. O caso, limite, de uma política familiar que leve a supressão da renda individual do trabalho é descartado, primeiro em nome da prevalência da pessoa, segundo porque isso pode gerar evasão em busca de atividade rentável, terceiro porque as tentativas históricas da apropriação coletiva da renda do trabalho foram mal sucedidas.

Com relação à distribuição da renda a análise dos autores anteriormente citados sugere o seguinte: primeiro, o camponês pode estar obrigado a contabilizar “salários” e “lucro” para efeito de legislação, isso, entretanto não significa que necessariamente tais variáveis sejam balizadas por custos de oportunidade e submetidas aos mecanismos do mercado; segundo camponês limita sua

---

<sup>75</sup> Em Janvry e Sadoulet (1996) se apresenta um caso, de uma região camponesa pobre, no qual a atividade externa, associada à migração, é sistemática e predominante.

<sup>76</sup> Isso não significa o descumprimento da legislação trabalhista ou a da seguridade social, mas enfatiza a possibilidade de uma lógica familiar de distribuição da renda.

dependência, principalmente a financeira, e estabelece relações comerciais buscando minimizar a remuneração das propriedades de terceiros, ou seja, procura minimizar “trabalhar para os outros”.

Com esse esquema contábil mínimo, pretende-se, o camponês pode integrar os requisitos da sustentabilidade financeira ao seu modelo econômico.

#### 4.5 “MODELO MICROECONÔMICO CAMPONÊS”: PRODUÇÃO E CRESCIMENTO

O modelo microeconômico camponês se compõe de um conjunto de matrizes integradas: a matriz do inventário dos recursos, a matriz do consumo, a matriz do plano de trabalho, a matriz produto-venda e a matriz do orçamento financeiro. O camponês planeja e realiza sua atividade em ciclos operacionais, basicamente de um ano, compostos de períodos de igual duração, semanas ou meses. O horizonte de planejamento cobre um ciclo e é móvel. Os períodos, entretanto, mesmo sendo de igual duração são distintos, principalmente quanto às possibilidades de se realizar determinadas tarefas e quanto à demanda e oferta de trabalho em cada período.

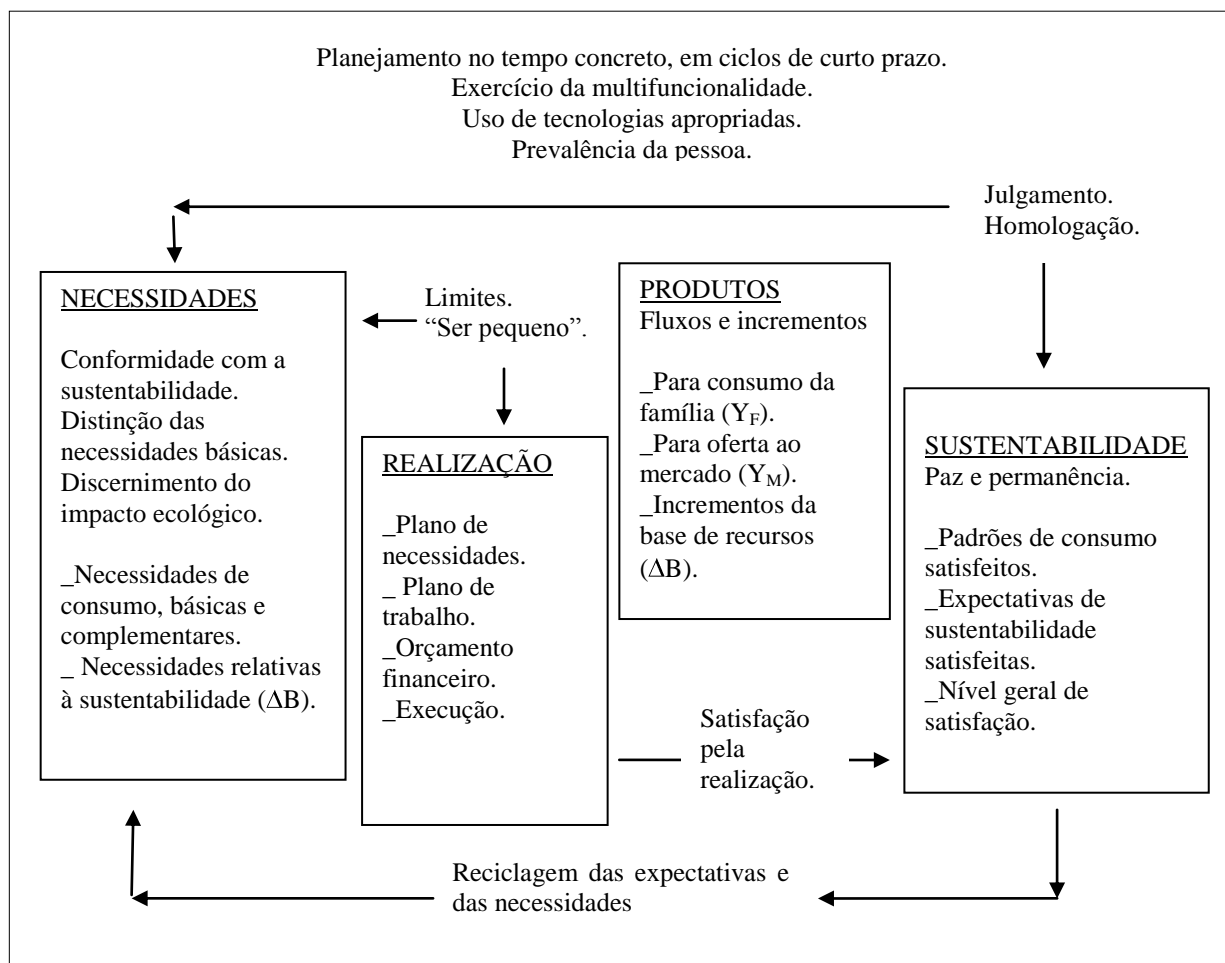


Figura2. O ciclo econômico do camponês.  
Elaboração própria.

A Figura2 representa esquematicamente o ciclo econômico do camponês contemplando questões que envolvem a sustentabilidade e apresentando as propostas da “metaeconomia camponesa” componentes do modelo.

As expectativas e as condições do camponês de repetir o ciclo com “paz e permanência” compõem a ideia de sustentabilidade. O núcleo do modelo é a tradução das expectativas de sustentabilidade em necessidades e essas em trabalho e produto. O ciclo é de curto prazo de modo que o camponês possa abrangê-lo mentalmente. As preocupações com o futuro se materializam na acumulação de recursos. O nível geral de satisfação, componente da “paz e permanência”, inclui a satisfação pela realização, citada por Schumacher (2011) quando analisa o papel do trabalho.

As expectativas quanto à sustentabilidade se traduzem em necessidade de incremento da base de recursos ( $\Delta B$ ), essas decorrentes do trabalho do camponês e, portanto, seu produto. A Figura3 contém matriz do inventário dos recursos, formada por diferentes tipos de estoques, parte deles constituindo-se em fatores de produção parte em “estoques sistêmicos”. Os diferentes tipos de estoques sistêmicos podem ser vistos em Alier (1998) e Alier e Jusmet (2001), além dos autores já citados. Os estoques sistêmicos se constituem de recursos que geram externalidades, positivas ou negativas, na produção, não somente do proprietário, mas em todo o “entorno ecológico local”. O estoque característico do camponês é a terra como espaço mensurável e com diferentes funções. A multifuncionalidade e o uso de “tecnologias apropriadas” exercem um papel determinante na não rivalidade e na sinergia dos diferentes estoques, particularmente da terra. Com o uso de tecnologias apropriadas<sup>77</sup> as diferentes funções da terra não são rivais, mas podem se realizar no mesmo espaço. No contexto da multifuncionalidade, uma paisagem bem cuidada, por exemplo, tem impacto direto no bem estar dos proprietários, bem como no das pessoas residentes no entorno, e pode também se tornar um fator gerador de receita.

Conforme já visto, a expressão  $B' + \Delta B \Rightarrow B$  significa que o camponês realiza “um esforço”  $\Delta B$  para atingir um nível  $B$  do estoque. No caso dos fatores de produção, quantificáveis, o incremento necessário pode ser calculado através da função da demanda do fator quando se planeja a produção. No caso dos estoques sistêmicos, em geral não mensuráveis, minimamente o camponês trabalha para repor o decréscimo natural, ou, dependendo do valor de uso do recurso, o camponês irá trabalhar para superar esse decréscimo e obter um crescimento líquido do estoque. No caso dos estoques sistêmicos o camponês julga se os níveis são satisfatórios, ou não,

---

<sup>77</sup> Por exemplo, o plantio em regime de agro-floresta possibilita o convívio da produção agrícola com as matas nativas.



para efeito de sua sustentabilidade. Nesse caso, portanto, a variável B é qualitativa e assume dois valores, “satisfatório” e “não satisfatório”. Janvry e Sadoulet (1996) estudam um caso onde instituições que facilitam a migração dos trabalhadores aparecem como um capital social regional e a capacidade do trabalhador de usá-las aparece como um capital humano, ambos os estoques com dois valores qualitativos, ou “existe” ou “não existe”.

| <b>Inventário dos recursos</b>         |                                       |                  |                              |          |           |
|--|---------------------------------------|------------------|------------------------------|----------|-----------|
| <b>Estoques de fatores de produção</b> |                                       | <b>B'(antes)</b> | <b><math>\Delta B</math></b> | <b>B</b> | <b>VR</b> |
| K                                      | Capital permanente                    |                  |                              |          |           |
| K1                                     |                                       | K1'              | $\Delta K1$                  | K1       |           |
| K2                                     |                                       | K2'              | $\Delta K2$                  | K2       |           |
| ...                                    | ...                                   |                  |                              |          |           |
| T                                      | Terra como espaço cultivável          |                  |                              |          |           |
| T1                                     | Terra dedicada ao cultivo1            | T1'              | $\Delta T1$                  | T1       |           |
| T2                                     | Terra dedicada ao cultivo2            | T2'              | $\Delta T2$                  | T2       |           |
| ...                                    | ...                                   |                  |                              |          |           |
| <b>Estoques sistêmicos</b>             |                                       | <b>B'</b>        | <b><math>\Delta B</math></b> | <b>B</b> | <b>VR</b> |
|  | Estoques de bens domésticos           |                  |                              |          |           |
|  | Terra como espaço de vida da família  |                  |                              |          |           |
|  | Terra como espaço ecológico           |                  |                              |          |           |
|  | Terra como espaço ofertado ao público |                  |                              |          |           |
|  | Capital ecológico                     |                  |                              |          |           |
|  | Capital humano                        |                  |                              |          |           |
|  | Capital social                        |                  |                              |          |           |
|  | - Infraestrutura da mobilidade local  |                  |                              |          |           |
| <b>Estoques financeiros</b>            |                                       | <b>B'</b>        | <b><math>\Delta B</math></b> | <b>B</b> | <b>VR</b> |
| FF                                     | Estoque de fundos da família          | EF'              | $\Delta EF$                  | EF       |           |
| ED                                     | Estoque de dívidas.                   | ED'              | $\Delta ED$                  | ED       |           |

Figura3. Matriz do inventário dos recursos.  
Elaboração própria.

A variável (coluna) VR refere-se ao “valor relativo” de cada item da base de recursos. O camponês, mais especificamente a família, pode ordenar os itens de acordo com sua importância para a sustentabilidade e com o valor de uso para a produção. Dessa forma os esforços sobre a base de recursos podem ser priorizados e direcionados para a sustentabilidade. Em situações de forte cooperação essa valoração pode ser feita coletivamente e consensualmente no âmbito do “entorno ecológico local” para efeito de priorização dos esforços e apreciação dos recursos locais.

A base de recursos é “pequena”, compatível com o tamanho da terra e com a capacidade de trabalho da família. O camponês é proprietário dos meios de produção e não depende de capital de risco, o seu inventário pode incluir dívidas de financiamento, porém minimizadas em decorrência da propensão pela não dependência de fatores externos.

Considera-se essencial a diversidade da base de recursos bem como sua valorização relativa, essa como diretriz para gestão local dos recursos. A ausência da diversidade ou a predominância do valor de mercado sobre o valor de uso se afasta do modelo camponês. Por exemplo,

considerando a terminologia de Lamarche (1998), uma pequena empresa agrícola, mesmo nos limites da agricultura familiar, pode operar ausente do local e pode considerar apenas o capital permanente, a terra cultivável e os fundos financeiros como recursos, então se descaracterizando como camponesa.

A matriz do consumo concerne à satisfação das necessidades de consumo da família. As necessidades, tanto as básicas quanto as complementares podem ser parte satisfeitas com produtos próprios, primários ou secundários, o restante com aquisição no mercado. As necessidades estão mapeadas sobre os distintos períodos e totalizadas sobre o ciclo anual. A Figura4 contém a matriz do consumo, onde CB, CC, YP, YS, são vetores com uma diversidade de itens componentes. A aquisição de produtos no mercado gera despesas básicas (DB) e complementares (DC).

| <b>Matriz do consumo</b>       |                      |                  |                       |
|--------------------------------|----------------------|------------------|-----------------------|
| <b>Necessidades de consumo</b> |                      | <b>Período t</b> | <b>Total do ciclo</b> |
| CB                             | Consumo básico       |                  |                       |
|                                | Produtos primários   | YP <sub>F</sub>  | YP <sub>F</sub>       |
|                                | Produtos secundários | YS <sub>F</sub>  | YS <sub>F</sub>       |
|                                | Aquisição no mercado | DB               | DB                    |
| CC                             | Consumo complementar |                  |                       |
|                                | Produtos primários   | YP <sub>F</sub>  | YP <sub>F</sub>       |
|                                | Produtos secundários | YS <sub>F</sub>  | YS <sub>F</sub>       |
|                                | Aquisição no mercado | DC               | DC                    |
| Total                          |                      | DB+DC            | DB+DC                 |

Figura4. Matriz do consumo.  
Elaboração própria.

No contexto da “metaeconomia camponesa” as necessidades estão ajustadas aos recursos disponíveis e não existe pressão para aumentar o consumo. A satisfação das necessidades de consumo através de produtos próprios, ou autoconsumo, é uma característica e uma prerrogativa do camponês, que com a diversificação e a qualidade desses produtos pode contemplar as preferências da família e atingir os esperados níveis de satisfação.

A matriz do plano de trabalho concerne à realização da oferta de produtos e a realização dos incrementos dos estoques. No planejamento do trabalho consideram-se os recursos disponíveis no início de cada ciclo, que incluem os fatores de produção e os estoques sistêmicos. A partir dos recursos disponíveis, o planejamento do trabalho consiste na distribuição do trabalho para os diferentes produtos em cada período. A “engenharia de produção”, basicamente, consiste em saber quais as tarefas concernem a cada produto, em quais períodos se pode realizá-las e qual a demanda de trabalho e de produto intermediário de cada uma. A Figura5 contém a matriz de atividades.

| <b>Matriz do plano de trabalho</b>                   |                                       |                  |                       |
|--|---------------------------------------|------------------|-----------------------|
| <b>Oferta de trabalho</b>                            |                                       | <b>WO</b>        | <b>WO</b>             |
| <b>Atividade/produto</b>                             |                                       | <b>Período t</b> | <b>Total do ciclo</b> |
| Atividades primárias                                 |                                       |                  |                       |
|  | Atividade doméstica                   | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
|  | Atividade externa                     | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $G_F$  | Produção intermediária própria        | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| Excedente primário de trabalho                       |                                       | WO1              | WO1                   |
| Produção para a família: necessidades básicas        |                                       |                  |                       |
| $Y_{P_F}$  | Produtos primários para autoconsumo   | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $Y_{S_F}$  | Produtos secundários para autoconsumo | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $\Delta B$   | Incrementos nos estoques              | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| 2º excedente de trabalho                             |                                       | WO2              | WO2                   |
| Produção para o mercado (geração de receita)         |                                       |                  |                       |
| $Y_{P_M}$  | Produtos primários                    | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $Y_{S_M}$  | Produtos secundários                  | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| 3º excedente trabalho                                |                                       | WO3              | WO3                   |
| Produção para a família: necessidades complementares |                                       |                  |                       |
| $Y_{P_F}$  | Produtos primários para autoconsumo   | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $Y_{S_F}$  | Produtos secundários para autoconsumo | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| $\Delta B$   | Incrementos nos estoques              | WD, $G_M$        | WD, $G_M$             |
| Excedente final de trabalho                          |                                       | WO4              | WO4                   |

Figura5. Matriz do plano de trabalho.  
Elaboração própria.

O plano de trabalho prioriza, nessa ordem, as atividades primárias, as necessidades básicas, a produção para o mercado e as necessidades complementares. Ressalta-se que as necessidades de consumo são definidas ex-ante e parte das necessidades básicas são supridas pelo mercado, isto é, requerem geração de receita. A classificação de um determinado incremento de estoque como necessidade básica ou complementar depende da valoração relativa feita no inventário da base de recursos.

A variável (i) identifica cada uma das atividades concernentes à produção dos fluxos de produtos (Y) ou realização dos incrementos de estoques ( $\Delta B$ ). A variável WD (i,t) se refere a demanda de trabalho para atividade (i) no período (t). Essa variável assume o valor “zero” caso a atividade não demandar trabalho no período ou não ser possível naquele período. Portanto, o plano de trabalho reflete sua factibilidade técnica.

A variável  $G_M$  (i,t) refere-se ao produto intermediário, associado a cada atividade em cada período, a ser adquirido no mercado com despesa DG (i,t). Por exemplo, material de limpeza para a atividade doméstica, energia elétrica, sementes e mudas, serviço de transporte para a atividade externa, etc. A necessidade de produto intermediário implica em despesa e essa em geração de receita. O camponês pode optar por produzir parte do produto intermediário ( $G_F$ ) reduzindo ou minimizando a dependência do mercado.

O camponês planeja seu trabalho de modo que os excedentes da oferta sobre a demanda de trabalho sejam permanentemente nulos, isto é, de modo a realizar o pleno emprego. Mas também

diligência para aumentar sua oferta de trabalho. Scoones (1998) cita, como um indicador da sustentabilidade, a habilidade “gerar dias de trabalho” e de expandir as horas de trabalho dentro dos diferentes dias. A diversidade de produtos primários, a multifuncionalidade e a adoção de tecnologias apropriadas jogam um papel fundamental na expansão, tanto da oferta como da demanda de trabalho.

Na oferta de produto ( $Y_{PF}$ ,  $Y_{SF}$ ,  $Y_{PM}$ ,  $Y_{SM}$ ), em conformidade a “metaeconomia camponesa”, encontram-se, diversificação dos produtos, presença significativa de itens comprometidos com a alimentação básica, discernimento da tecnologia e dos processos aplicados na produção, compatibilidade com o “entorno ecológico local” e seus recursos, priorização dos mercados locais, encurtamento das cadeias de produção, dependência fraca do mercado de insumos.

A matriz produto-venda mapeia o produto final, as quantidades nos períodos em que estão disponíveis para consumo ou venda, as receitas brutas nos período em que são recebidas e as despesas com produtos intermediários nos períodos em ocorrem. A Figura6 contém a matriz produto-venda. A variável (i) refere-se a um item qualquer do produto final,  $p(i)$  refere-se ao preço de mercado,  $q(i)$  refere-se à quantidade do produto,  $DG(i)$  a despesa com produto intermediário. A variável  $R(i)=q(i)*p(i)$ , é a receita bruta dos itens destinados ao mercado. A variável  $r(i)=q(i)*p(i)$ , denominada “renda interna”, refere-se ao valor de mercado dos produtos destinados ao autoconsumo.

| <b>Matriz produto-venda</b>               |                             |              |                              |                              |
|---|-----------------------------|--------------|------------------------------|------------------------------|
| <b>Produtos para autoconsumo</b>          |                             | <b>Preço</b> | <b>Período t</b>             | <b>Total do ciclo</b>        |
|   | Necessidades básicas        |              |                              |                              |
| $Y_{PF}$                                  | - primários                 | p            | q, r, DG                     | q, r, DG                     |
| $Y_{SF}$                                  | - secundários               | p            | q, r, DG                     | q, r, DG                     |
|   | Necessidades complementares |              |                              |                              |
| $Y_{PF}$                                  | - primários                 | p            | q, r, DG                     | q, r, DG                     |
| $Y_{SF}$                                  | - secundários               | p            | q, r, DG                     | q, r, DG                     |
| Renda interna total                       |                             |              | $\Sigma r$                   | $\Sigma r$                   |
| <b>Produtos para venda</b>                |                             |              |                              |                              |
| $Y_{PM}$                                  | - primários                 | p            | q, RP, DG                    | q, RP, DG                    |
| $Y_{SM}$                                  | - secundários               | p            | q, RS, DG                    | q, RS, DG                    |
| Receita da venda - total                  |                             |              | $RV = \Sigma RP + \Sigma RS$ | $RV = \Sigma RP + \Sigma RS$ |
| Despesa com produto intermediário - total |                             |              | $\Sigma DG$                  | $\Sigma DG$                  |

Figura6. Matriz produto-venda.

Elaboração própria.

A matriz do orçamento financeiro integra o conjunto de fluxos de caixa, excedentes e variações dos estoques financeiros do camponês, como produtor e como família consumidora e poupadora. A matriz é complementar com relação às demais e sua importância depende do grau de dependência do camponês com relação ao mercado. Ela reflete a lógica familiar camponesa

quanto a sua inserção no mercado. A Figura 7 contém a matriz do orçamento, cujas variáveis são exclusivamente monetárias. Na sua análise destaca-se o seguinte:

- a) O consumo e o crescimento desejado na base de recursos são supridos, parte pelo trabalho e produção próprios e parte por aquisição no mercado. Poder fazer isso é uma prerrogativa do camponês e fazê-lo é uma escolha.
- b) A existência do excedente primário é um pressuposto, por ser característico da produção agrícola, por representar um padrão mínimo de bem estar e por representar a possibilidade de continuar trabalhando.
- c) Todas as receitas são tratadas como operacionais. O leque de produtos secundários se define no escopo da multifuncionalidade. A atividade externa, no contexto da pluriatividade, se faz não somente como fonte de receita, mas como estratégia de inserção local e reforço da multifuncionalidade. Os subsídios podem ser pleiteados como forma de remuneração social pela promoção da sustentabilidade.
- d) As decisões quanto à distribuição do excedente secundário são tomadas pela família, pelo conjunto dos familiares. Essas decisões envolvem o consumo opcional, investimento, apropriação particular de renda e poupança coletiva. A família pode priorizar os aspectos coletivos ou não. A apropriação particular de renda pelos indivíduos da família é um imperativo econômico. Independente da coletivização das propriedades da família, da definição coletiva das necessidades e do esforço coletivo para sua satisfação, as necessidades e aspirações individuais permanecem e devem ser contempladas. Não há possibilidade de os indivíduos seguirem trabalhando sem perspectivas e incentivos pessoais.
- e) Os investimentos são feitos nos ciclos operacionais para atender as necessidades da produção, da vida doméstica e das expectativas de sustentabilidade. As possibilidades de investimento na base de recursos são uma opção frente às ofertas do mercado, de opções de consumo e de oportunidades de investimento.
- f) A poupança, naturalmente limitada pelo tamanho da economia familiar, se realiza após serem exercidas as opções de consumo, de investimento e de apropriação da renda. A acumulação da poupança, quando possível, se destina a finalidades específicas. Na hipótese de necessidade de financiamento externo o camponês, avesso ao risco e à dependência do mercado financeiro, procura formar excedentes que permitam controlar e zerar a dívida no curto prazo.

| <b>Matriz do orçamento financeiro</b> |   |                  |                       |
|---------------------------------------|---|------------------|-----------------------|
| <b>Operação</b>                       |   | <b>Período t</b> | <b>Total do ciclo</b> |
| + RP                                  | Receita da venda de produtos primários                  | RP               | RP                    |
| - DG                                  | Despesas básicas da produção                            | DG               | DG                    |
| - DB                                  | Despesas do consumo básico                              | DB               | DB                    |
| = E1                                  | Excedente primário: $E1=RP-DG-DB$                       | E1               | E1                    |
| + RS                                  | Receita da venda de produtos secundários                | RS               | RS                    |
| + RE                                  | Receita da atividade externa                            | RE               | RE                    |
| + SUB                                 | Subsídio  | SUB              | SUB                   |
| = E2                                  | Excedente secundário ou renda: $E2=RT-DB-DG$            | E2               | E2                    |
| - DO                                  | Despesas do consumo opcional                            | DO               | DO                    |
| - ID                                  | Investimento em estoques domésticos                     | ID               | ID                    |
| - IK                                  | Investimento em capital permanente                      | IK               | IK                    |
| - IB                                  | Investimentos diversos na base de recursos              | IB               | IB                    |
| - RI                                  | Renda individual distribuída aos familiares.            | RI               | RI                    |
| = E3                                  | Poupança da família: $E3=E2-DO-ID-IK-IB-RI$             | E3               | E3                    |
| <b>Acumulação</b>                     |   |                  |                       |
| = FF                                  | Estoque de fundos: $FF(t+1) = FF(t) + E3 = F1+F2+F3+F4$ | EF               |                       |
| F1                                    | - Fundo para seguridade da família                      |                  |                       |
| F2                                    | - Fundo para educação                                   |                  |                       |
| F3                                    | - Fundo para contingências                              |                  |                       |
| F4                                    | - Fundo transitório para financiamento                  |                  | Zero                  |
| <b>Financiamento externo</b>          |   |                  |                       |
| + VF                                  | Entrada do valor financiado                             |                  |                       |
| - VF                                  | Saída do valor financiado                               |                  |                       |
| + JF                                  | Juros do financiamento                                  |                  |                       |
| - AF                                  | Amortização do financiamento                            |                  |                       |
| = ED                                  | Estoque da dívida $ED=VF+JF-AF$                         |                  | Zero                  |

Figura7. Matriz financeira.

Elaboração própria.

As diferentes matrizes se integram através de quantidades físicas, os fluxos de produtos e os incrementos de estoques. O modelo, assim, contempla a produção e o crescimento. A possibilidade de o camponês dedicar o seu trabalho e investir sua receita no crescimento dos estoques caracterizam um modelo de crescimento endógeno.

As escolhas de consumo e investimento obedecem a uma “ordem lexicográfica”, conforme sugere Alier (1998). Isto é, os vetores das escolhas incluem itens concretos e quantidades discretas, tais como, plantar cinquenta pés de melancia para consumo da família, adicionar um novo quarto ao domicílio, ampliar o açude, adquirir uma nova moenda, etc. As escolhas são validadas pelo julgamento da família e o cálculo marginal da utilidade não é, então, um determinante.

Feitas as escolhas de consumo, produção e crescimento, e com uso de “tecnologias apropriadas”, o camponês pode mapear o seu trabalho sobre os diferentes produtos e estoques. Os ajustes podem ser feitos tanto em direção as necessidades de consumo e crescimento quanto em direção às possibilidades do trabalho. O equilíbrio entre necessidades, produção, crescimento e inserção no mercado então se estabelece.

O modelo micro econômico do camponês se estabiliza, ou se reestabiliza, através de sucessivos ciclos e de uma curva de aprendizado. O domínio do camponês sobre seu modelo é materializado, parte nas rotinas e na organização do trabalho, parte pela autonomia do camponês, como diz Veiga (1996), para tomar decisões no ato, local e de acordo com a especificidade da situação.

O quadro abaixo sintetiza as principais relações que integram o modelo camponês.

|   |   |
|---|---|
| $(CB, CC, \Delta B)$                                | As necessidades de consumo e de crescimento são integradas.   |
| $(Y_M, Y_F, \Delta B) \supseteq (CB, CC, \Delta B)$ | As necessidades são satisfeitas através de produção própria e de produtos do mercado.   |
| $(W, T, K, G) \Rightarrow (\Delta B, Y_F, Y_M)$     | O plano de trabalho contempla o crescimento, a produção para autoconsumo e a geração de receita.  |
| $\uparrow WD \approx WO$                            | Com uso de “tecnologia apropriadas” e com economia de escopo o camponês busca níveis crescentes de pleno emprego.                       |
| $RT = (RP, RS, RE, SUB)$                            | A receita total inclui receita da produção primária, da multifuncionalidade, da pluriatividade e remuneração social.                    |
| $RP-DB-DG = E1 \geq \text{Zero}$                    | A venda de produtos primários deve, minimamente, cobrir as despesas básicas.  |
| $E2 = DO+ID+IK+IB+RI+$ poupança.                    | Cobertas as despesas básicas, o excedente da receita total se distribui em consumo opcional, investimento, renda individual e poupança. |
| $(Y_{P_F}, Y_{S_F}, E2, \Delta B)$                  | Em cada ciclo econômico, o camponês, se apropria de produto real, renda do trabalho e dos incrementos dos estoques.                     |

Figura8. Quadro síntese do modelo microeconômico camponês.

Elaboração própria.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES

Modelo proposto contribui, pretende-se, com a instrumentalização do camponês para o exercício de sua atividade econômica. Rejeita-se a hipótese de que, numa sociedade democrática, em desenvolvimento e preocupada com a sustentabilidade, o pequeno produtor rural, o agricultor familiar, o camponês, enfim, permaneçam excluídos do aprendizado da gestão econômica. Portanto considera-se que o camponês poderá se valer de um modelo formal, com autonomia.

Uma gestão econômica, entretanto, não nos termos da economia de mercado, mas em termos de sustentabilidade, em termos da “metaeconomia camponesa”. O modelo proposto procura assimilar a semântica da “metaeconomia” e da Economia Ecológica. A presença dos estoques físicos, do produto físico e do trabalho como fator econômico, vai nesse sentido. Também nesse sentido, omitem-se termos como salário, lucro, eficiência técnica, eficiência econômica, viabilidade econômica, essas categorias estruturantes da economia de mercado. No escopo da “metaeconomia” as funções sociais da economia e as dos seus meios se sobrepõem as questões da eficiência.

A questão do lucro no camponês é relevante, recorrente e controversa nos estudiosos clássicos<sup>78</sup>. Na atualidade essa discussão quase que inexiste dada a tendência de ignorar o camponês como categoria teórica representativa. O camponês não necessita remunerar capital de terceiros e nem precisa gerar lucro extraordinário para competir por mais capital, portanto não precisa operar com lucro nos termos da economia de mercado. Entretanto, a geração de excedentes, físicos e monetários, está presente na microeconomia camponesa.

Com relação à eficiência do camponês, a questão é complexa, intensa, e também controversa, mais ainda em se tratando da eficiência social. Considera-se óbvio que a eficiência segundo Pareto é incompatível com a “metaeconomia”. Parte-se da proposição de que economia não pode se autovalidar e não pode sozinha determinar suas “métricas”. Então a “eficiência” não pode ser reduzida ao simples “cálculo econômico”, mas deve julgada a partir de valores externos e a vista da sociedade. Quem está autorizado a cobrar eficiência e em que termos? Em que palco se discute a eficiência econômica? Essas questões, que configuram um cenário político, devem ser resolvidas antes do debate técnico e acadêmico sobre a eficiência. Aqui, novamente, invocam-se os argumentos de Schumacher (2011) sobre o papel do economista e seu alinhamento. De qualquer forma o modelo proposto inclui dados que sugerem e permitem a apreciação da atividade econômica e dos seus resultados tanto pela família como pela comunidade local e institucional.

Com relação à viabilidade econômica a “metaeconomia” é clara. A sustentabilidade substitui a viabilidade econômica nos termos da economia de mercado e isso está contemplado no modelo proposto. O camponês se mostra “economicamente viável” não por remunerar os diferentes fatores a custos de oportunidade mas por poder repetir seu ciclo econômico, com paz e permanência, com o grau de satisfação pretendido e negociado pela família e contemplando as expectativas individuais. Na impossibilidade de isso ocorrer a permanência do camponês se torna inviável, podendo então cair na busca por opções nas economias urbanas ou ficar dependente de auxílio social, então não mais como “camponês” nos termos propostos.

O modelo proposto se baseia fundamentalmente nas proposições da “metaeconomia” e da “Economia Ecológica”, em estudos teóricos atuais sobre as economias camponesas e inclui uma pequena parcela de conhecimento testemunhal. Entretanto, para a sua aplicação, o modelo deve ser ajustado às condições locais específicas e isso deve ser feito no campo. Com relação aos aspectos cujo ajuste às condições locais tem maior intensidade destacam-se a valoração relativa

---

<sup>78</sup> Ver em Chayanov (1985), Chayanov (1975), Georgescu-Roegen (1960), Shanin (2005).



dos estoques e aqueles concernentes a distribuição da renda. Esses dois aspectos sugerem estudos empíricos.

Considera-se que a transposição plena do modelo proposto para planilhas eletrônicas é factível. Assim o modelo pode ser empiricamente testado e sua lógica validada em contextos locais. Essa validação envolve necessariamente questões como a apreciação da atividade econômica em contextos locais e de indicadores compatíveis. Essa trajetória substitui a perspectiva de realizar uma pesquisa empírica como meio prévio de elaborar o modelo. Pretende-se que essas planilhas incorporem um “metamodelo” suscetível de uso em distintos contextos. O uso de tecnologia da informação pelo camponês é fundamental e, também, rejeita-se a hipótese de sua exclusão. Entretanto, não se trata de um retorno ao simples “cálculo econômico”, antes criticado, mas do uso de instrumentos que ampliam as fronteiras do cálculo na sua convivência com o julgamento econômico e com o discernimento ecológico.

## 5 CONCLUSÕES GERAIS

O renomado economista Paul Krugman inicia o seu livro *Introdução a Economia* descrevendo um quadro típico, segundo ele, da vida Norte Americana.

“É domingo à tarde, verão de 2003, e a Rodovia 1 na parte central de Nova Jersey está movimentada. Milhares de pessoas enchem as grandes lojas de departamentos que margeiam essa estrada por vinte milhas, desde Trenton até Brunswick. A maioria dos compradores está alegre - e porque não? As lojas dali oferecem uma escolha enorme; você pode comprar qualquer coisa, desde equipamentos eletrônicos sofisticados e roupas da moda e até cenouras orgânicas. Há possivelmente cem mil itens diferentes nesse trecho de estrada. E a maioria desses bens não é apenas bens de luxo que só os ricos podem adquirir; são produtos que milhões de americanos podem<sup>79</sup> comprar e compram todos os dias”. Krugman & Wells (2007, p. 1).

Após essa gloriosa apresentação da economia do consumo, eufemisticamente denominada de economia de mercado, o professor de economia que adota esse livro<sup>80</sup>, seguiria apresentando os princípios que fundamentam a economia. A “alegria do consumo” é possível por que “cada produtor individual faz o que acredita ser mais lucrativo; cada consumidor compra o que escolhe.” Krugman & Wells (2007, p. 2). Isso caracteriza a economia de mercado. Entretanto ninguém é responsável pela ocorrência da economia, as pessoas, as “sardinhas e os tubarões”, apenas navegam num mar de oportunidades abençoado por uma “mão invisível”. Mas cuidado, diria o professor, não se deve perturbar a “mão invisível”, apenas auxiliá-la quando ocorrer uma “imperfeição do mercado”. A seguir, talvez ainda na mesma aula e com os cem mil itens de consumo na cabeça, o aluno tomaria conhecimento, rapidamente, de que os recursos são escassos, mas que isso tem pouca importância porque a ciência econômica e a tecnologia continuamente irão superar os problemas da escassez de recursos. Finalmente, compondo um quadro de total ausência de limites, se apresentariam as elegantes decisões e cálculos marginais como fundamento para a análise de valor. No índice desse livro, de oitocentos e vinte e três páginas, entretanto, não se encontram as palavras “recurso natural”, “ecologia” ou “sustentabilidade”.

Schumacher escreveu sobre a “metaeconomia” distante de Nova Jersey, junto a populações que talvez contassem seus itens de consumo com os dedos das mãos, não mãos invisíveis, pelo contrário, quase sempre calejadas e sujas de terra. A “introdução à economia” dessas populações

---

<sup>79</sup> E quem não compraria nessa tarde ensolarada plena de felicidade? Krugman deve ter se esquecido de mencionar que dinheiro para consumo não é problema, pois o crédito para consumo se encontra em todas as lojas da Rodovia 1.

<sup>80</sup> Esse livro é semelhante, na essência e na forma, a grande maioria de livros de introdução à economia, de autores tão ou menos renomados, que são adotados nas universidades. Nesses livros, em geral a sustentabilidade não é citada.

foi frente a uma real escassez de recursos que, ex-ante, impunha consumo sempre dentro de limites. A “metaeconomia” não é uma “economia para os pobres”, assim como não é o Ecologismo Popular de Alier (1998), pelo contrário, ensinam que a permanência da riqueza depende da sustentabilidade da economia. Entretanto ela é clara quanto aos limites, tanto de tamanho, quanto de velocidade, quanto de força. A “metaeconomia” propõe limites e discernimento, propõe a supressão das imposições<sup>81</sup>, propõe a responsabilidade e o protagonismo das pessoas. Portanto devem prevalecer os limites das pessoas, não os do mercado, nem os da ciência, nem os da tecnologia e nem de quem seja que possa impô-los.

A progressão em direção a um limiar entre a economia do consumo sem limites e uma economia de paz e permanência é uma discussão transversal e intensa no trabalho de Schumacher, que analisa as possibilidades nos planos da prática econômica, política, ciência e educação. É no plano da prática econômica e da política em que a “metaeconomia” e o camponês convergem.

O camponês, além de praticar uma economia de limites, tem na família e na luta por autonomia as suas principais motivações, como uma unidade econômica e também como segmento social atuante. Usando a terminologia de Sen (1999) o camponês tem os pés bem fincados em ambos os lados, o “engenheiro” e o “político”, da economia e é um forte candidato para contribuir com a construção de uma nova racionalidade com espaço para a ética. Apesar de ter se formado através da história, pode gritar “Nossa história não é nosso código”<sup>82</sup> expressando sua liberdade e disposição para traçar novos caminhos. Nesse questão ganha valor a formação de uma “ideologia camponesa”, que Mészáros(2011) trata com “conhecimento forjado e validado na luta social”.

O modelo camponês proposto nesse trabalho, certamente não é único e nem exato, entretanto é viável, pois pode atender as expectativas e limitações econômicas dos agentes envolvidos, e é factível, pois é construído sobre conceitos já contemplados no conhecimento econômico dominante. Também não é exclusivo para o camponês. Novos padrões de consumo, particularmente o alimentar, e a questão de “ser pequeno” estão sendo amplamente debatidos e valores estão sendo questionados<sup>83</sup>. Os orçamentos familiares do cidadão urbano tem muito de “camponês” mesmo que tal cidadão tenha pouca autonomia frente ao auto consumo e frente a alternativas para formação de ativos ecológicos. Entretanto a “metaeconomia” propõe também a

---

<sup>81</sup> Schumacher usa frequentemente o termo “violência” referindo-se a todas as formas de imposição.

<sup>82</sup> Citado em Ferry e Vincent, (2011, p. 15).

<sup>83</sup> Ver os movimentos sociais pelo “slow food” e pela “decroissance”.

formação de “estoques de humanidade” e de “ativos sistêmicos”, e nesse aspecto o “camponês urbano” e o “camponês rural” podem se abraçar.

Finalmente considera-se, que a “metaeconomia” pode ser estudada nas universidades como disciplina autônoma, enfrentando o desafio de incorporar a pessoa e seu julgamento na racionalidade econômica. Essa disciplina não se restringe a proposta de Schumacher, mas pode incorporar o Ecologismo Popular, a Permacultura e a Agroecologia, essa com espaço crescente no debate econômico no Brasil, político e acadêmico.

No plano da política econômica, particularmente no Brasil, na trajetória de apoio a agricultura familiar, espera-se que programas tipo “bolsa sustentabilidade” e “minha terra minha vida” possam surgir. O financiamento de terra, fora dos mercados especulativos e com juros compatíveis com a função social da terra e com a renda do trabalho, pode ser um caminho para a adoção de um modelo camponês. Estarei na fila.

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, I. (1972). **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense.
- AGÉNOR, P. R., e MONTIEL, P. J. (1999). **Development macroeconomics**(2ª ed.). New Jersey: Princeton.
- ALIER, J. M. (1998). **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB.
- ALIER, J. M., e JUSMET, J. R. (2001). **Economía ecológica y política ambiental** (2ª ed.). México: Fondo de Cultura Económica.
- BÊRNI, D. d., e LAUTERT, V. (2011). **Mesoconomia: lições de contabilidade social**. Porto Alegre: bookman.
- BESANKO, D. .. (2006). **A economia da estratégia** (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- CAPRA, F. (1982). **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix.
- CHAYANOV, A. (1985). **La organización de la unidad económica campesina**. Barcelona: Nueva Alianza.
- CHAYANOV, A. (1975). Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, México, n.5,p. 15-31, jul.-sept.
- COSTA NETO, C. (2008). Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: B. M. FERNANDES, **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**, p. 71-81. São Paulo: Expressão Popular.
- COSTA, F. A. (2000). **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA.
- DAVIDSON, P. (2003). Resgatando a revolução keynesiana. In: G. T. LIMA, e J. SICSÚ, **Macroeconomia do emprego e da renda**, p. 3-28. São Paulo: Manole.
- DIEGUES, A. C. (1992). Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.6, p. 22-29, jan.-jun.
- FERNANDES, V., e SAMPAIO, C. A. (2008). Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.18, p. 87-94, jul.-dez.
- FERNANDEZ, B. P. (2011). Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.23, p. 109-120, jan.-jun.
- FERRY, L., e VINCENT, J.-D. (2011). **O que é o ser humano?** Petrópolis RJ: Vozes.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (2008). **La décroissance: entropie, ecologie, economie**(3ª ed.). Paris: Sang de la Terre.

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1970). **La science économique, ses problèmes et ses difficultés.** Paris: Dunod.

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1960). Teoría económica y economía agraria. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v.12, p. 1-40, feb.

GRANDO, M. Z. (2011). **Texto para discussão n. 98: Um retrato da agricultura familiar gaúcha.** Porto Alegre: FEE/RS, dez.

HOLMGREN, D. (2013). **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade.** Porto Alegre: Via Sapiens.

IBGE. (2009). **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados.** Brasília: MDA/MPOG.

INCRA/FAO: projeto de cooperação técnica n.8. (2000). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: MDA.

JANVRY, A. d., e SADOULET, E. (1996). **Working paper n. 787: household modeling for the design of poverty alleviation strategies.** Berkeley: Giannini Foundation of Agricultural Economics. Jan.

KEARNEY, M. (1996). **Reconceptualizing the Peasantry.** Oxford UK: Westview Press.

KRUGMAN, P. (1995). **Desarrollo, geografía y teoría económica.** Barcelona: Antoni Bosch.

KRUGMAN, P., e WELLS, R. (2007). **Introdução a economia.** Rio de Janeiro: Elsevier.

LAMARCHE, H. (1998). Lógicas produtivas. In: H. LAMARCHE, **A agricultura familiar: do mito a realidade**, p. 61-71. Campinas: Unicamp.

LÖFGREN, H., e ROBINSON, S. (1999). Nonseparable farm household decisions in a computable general equilibrium model. **American Journal of Agricultural Economics**, n.81, p. 663-670.

LUHMANN, N. (2009). **Introdução à teoria dos sistemas** (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

MARQUES, M. I. (2008). A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, nº 12, p. 57-67, jan.-jun.

MARTÍNES, F. L. (2008). Sociologia y teoría de juegos. In: F. AGUIAR, J. BARRAGÁN, e N.

LARA, **Economía, sociedad y teoría de juegos**, p.45-66. Madrid: Mc Graw Hill.

MÉSZRÁROS, I. (2011). **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo.

MONTIBELLER, G. (2004). **O mito do desenvolvimento sustentável** (2ª ed.). Florianópolis: UFSC.

MORAES, G. I., e SERRA, M. (2005). A importância e a atualidade do pensamento de E. F. Schumacher. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p. 1019-1039.

MUELLER, C. C. (1999). Economia, entropia e sustentabilidade: abordagem e visões do futuro da economia da sobrevivência. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.29, n.4, p. 513-550, out.-dez.

PETERSEN, P., DAL SOGLIO, F. K., e CAPORAL, F. R. (2009). A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: P. PETERSEN, **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, p. 85-104. Rio de Janeiro: AS-PTA.

PLOEG, J. D. (2008). **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS.

PONTES, B. M. (2005). A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.7, p.35-47, jul.-dez.

RIVERA, M. T., e YSERTE, R. G. (2009). El capital social: o que és y por qué importa. **Série Ensayos**, n.01, Madrid: IAES.

ROMEIRO, A. R. (2001). **Texto para discussão n.102: economia ou economia política da sustentabilidade**. Campinas, SP: IE/UNICAMP.

ROSAS, M., e BARKIN, D. (2009). Racionalidades alternas en la teoría económica. **Nueva Época**, México, n.31, p.73-96, jul.-dic.

SACHS, I. (2009). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.

SCHNEIDER, S. (2003). Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, p. 101-120, fev.

SCHUMACHER, E. F. (1977). **A guide for the perplexed**. New York: Harper and Rows.

SCHUMACHER, E. F. (1979). **Good work**. New York. Harper and Rows.

SCHUMACHER, E. F. (2011). **Lo pequeño es hermoso**. Madrid: Akal.

SCOONES, I. (1998). **Working paper 72: sustainable rural livelihoods: a framework for analysis**. Sussex, UK. Institute of Development Studies.

SEN, A. (1999). **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras.

SHANIN, T. (2005). A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n.7, p.1-21.

SHANIN, T. (1988). El message de Chayanov: aclaraciones, faltas de comprensión, y la teoría del desarrollo contemporánea. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n.48, p. 141-172, jul.-sep.

SOARES, A. C. (2000). A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, Rio de Janeiro, n.87, p. 40-49, dez.-fev.

SOUZA, O. T., BAGOLIN, I. P., e CORONA, H. M. (2010). A publicização do campo: políticas agrícolas e de desenvolvimento frente às múltiplas funções do espaço rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.193-219.

TEDESCO, J. C. (1999). **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UFP.

TELÓ, F., e DeDAVID, C. (2012). Agricultura familiar camponesa e campesinato na perspectiva de Maria Nazarteh Wanderley: o caso dos avicultores no município de Anta Gorda RS . **XXI Conferência Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU.

VARIAN, H. R. (1992). **Microeconomic analysis** (3ª ed.). New York: Norton.

VEIGA, J. E. (1996). Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404.

Via Campesina do Brasil. (2004). **Um referencial para o campesinato no Brasil**. Curitiba.

WANDERLEY, M. d. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociais e Agricultura** , Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out.

WILSON, G. A. (2007). **Multifunctional agriculture: a transition theory perspective**. Oxfordshire, UK: CABI.